

DEZ ANOS DAS JORNADAS

O ovo da serpente do fascismo começou a ser chocado em junho de 2013, quando manifestações de estudantes por redução das passagens de ônibus foram sequestradas pela direita. Abria-se o caminho para o impeachment, a República de Curitiba, a ascensão de extremistas e a prisão de Lula



Andrea Kfoury

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 12 de Junho de 2023 Nº 99

Lula lança programa para resolver dívidas dos brasileiros

Brics estão a lutar pelo fim do dólar como moeda global

A denúncia de Tony Garcia que arrasa a Lava Jato

A Petrobrás quer atender Ibama na Foz do Amazonas

Morre a cantora Astrud Gilberto, a voz de 'Girl from Ipanema'

ORGANIZAÇÃO

Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira

Inês Patrício

Antonio Carlos F. Galvão

Adhemar Mineiro

Mariano Macedo

Helena Maria Martins Lastres

Cid Olival Feitosa

CARLOS LESSA

O PASSADO E O FUTURO DO BRASIL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão
POPULAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ECONOMISTAS PELA
DEMOCRACIA

ATO DE INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE
 Você que conhece o jornal O Trabalho, comemore conosco seus 45 anos.
 E aproveite para conhecer nossa nova sede



Jornal O TRABALHO PT
45 ANOS

Contribuição para entrada, R\$ 5,00 (o valor de um jornal)

20 mai sábado **15h**

**PRAÇA DA REPÚBLICA,
 Nº 478, SALA 71 - SÃO PAULO**


**CONTRIBUA COM A REVISTA
 REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!



EXPOSIÇÃO



43 anos
NA LUTA PELA
DEMOCRACIA
BRASILEIRA

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Olímpio Cruz Neto, Paulo Chagas e Pedro Camarão



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Ricardo Stuckert

O BRASIL NUNCA MAIS FOI O MESMO DESDE JUNHO DE 2013

Nos dez anos do que se convencionou chamar na mídia estrangeira de "Primavera Tropical", fica mais evidente que o Brasil sofreu os efeitos de uma guerra híbrida, com a direita tradicional e a mídia abrindo espaço para os extremistas e o lavajatismo

Página 6

LAVA JATO. Empresário confessa que atuou como 'agente' de Sergio Moro

Página 15

ARTIGO. Economista André Lara Resende volta a pregar a queda dos juros pelo BC

Página 22

TURQUIA. Erdogan assume novo mandato pedindo ambiente de paz à oposição

Página 31

JOIAS. A Polícia Federal descobre outros 'presentes' milionários de Bolsonaro

Página 17

PETROBRÁS. Empresa quer atender às exigências ambientais do Ibama

Página 25

HISTÓRIA. João Goulart no Ministério do Trabalho e o nascimento do SNI

Páginas 32 a 35

SAÚDE. O novo Mais Médicos corre contra o tempo para funcionar

Página 18

BRICS. O bloco econômico sinaliza que o uso do dólar está perto do fim no mundo

Página 26

TELEVISÃO. Maurício Stycer relembra a trajetória do "Homem do Sapato Branco"

Página 36

DÍVIDAS. Lula lança o programa Desenrola Brasil para salvar endividados

Página 20

ARGENTINA. Cristina Kirchner obtém vitória espetacular contra lawfare

Página 30

MÚSICA. Morre a cantora Astrud Gilberto, que tornou famosa "Girl from Ipanema"

Página 38



JORNADAS DE JUNHO: O CANTO DA SEREIA

Alberto Cantalice

O golpe malgrado de 08 de janeiro de 2023 é o corolário, com ares de tragédia, das mal-fadadas Jornadas de Junho de 2013. Antes-sala da derrubada do governo da presidenta Dilma Rousseff, as jornadas após sua captura pelas forças conservadoras, com o beneplácito de alguns “web esquerdistas”, black blocs e afins, foram o ovo da serpente dos malefícios que delas advieram: a operação Lava Jato, a deposição de Dilma, a criminalização do PT e da política, a prisão de Lula e a vitória de Bolsonaro em 2018.

A tentativa de alguns setores pseudos-progressistas de relativizar ou até referendar as ditas jornadas como uma revolta anti-

sistema não para em pé.

Foram 10 anos de criminalização e carnavalização midiático-judicial cujo centro da tática era proscrever o Partido dos Trabalhadores e forçar a eliminação política de seus quadros e de sua principal liderança, Lula.

Nenhuma força política sustentaria o “fogo de barragem” que as bases petistas sustentaram. Alguns desavisados já nos davam como uma força política em extinção, incapaz de pôr a cabeça de fora e não ser achincalhada.

Para desespero de nossos adversários, o Partido dos Trabalhadores não só sobreviveu, como colocou Fernando Haddad no segundo turno em 2018, em um pleito bancado pelo maior esquema de fake news, financiado por caixa 2 e vencido pelo inominável.

A reabilitação de Lula depois de amargar 580 dias no cárcere

em Curitiba contagiou o partido e despertou nas forças progressistas a perspectiva real de derrotar o profascismo encarnado na candidatura à reeleição do capitão do golpe, Jair Bolsonaro.

Lembrar e deplorar os acontecimentos de junho de 2013 servirá de alerta para que as forças populares não voltem a cair no “canto da sereia” de aprendizes de feiticeiro da política que para posarem de modernos venham atrapalhar a caminhada vitoriosa do governo de Lula em sua luta diária pela união e reconstrução do Brasil.

Como herdeiro das tradições centenárias de lutas do povo brasileiro, o PT e os demais partidos do nosso campo estão mais do que amadurecidos e estarão firmes na defesa da democracia e da inclusão cidadã do nosso povo.

O Brasil é maior!

CAPA

A JORNADA DO ABISMO



O Brasil vinha se conduzindo em 2013 como uma nação em franca ascensão, com economia em alta, desemprego em baixa e muitas oportunidades para todos. E então o país começou a ser chacoalhado por uma onda de revolta volta contra a classe política, os serviços públicos e, de repente, a convulsão começou. Em apenas três anos, veio o golpe

Olímpio Cruz Neto

Em junho de 2013, o Brasil mergulhou numa agitação política e social sem precedentes. Nada seria como antes. Uma década de prosperidade quase ininterrupta havia colocado a maioria dos brasileiros aparentemente feliz e otimista em relação ao futuro. Em uma pesquisa nacional publicada no final de 2012, mais precisamente na véspera do Ano Novo, pela Folha de S.Paulo, apontava que 92% dos entrevistados esperavam que sua situação econômica melhorasse ou permanecesse estável naquele ano que estava começando.

Notavelmente, em um país ainda notório por sua desigualdade, o otimismo era igualmente difundido entre todas as classes socioeconômicas, apontava o Datafolha. A presidenta Dilma Rousseff começava o ano de 2013 como uma das líderes mais populares do mundo, com exatamente a mesma porcentagem de brasileiros – 92% – classificando seu governo como “bom”, “ótimo” ou “regular”.

Apenas 7% apontavam a presidenta como “ruim” ou “terrível”. O maior desafio no horizonte do Brasil parecia ser a Copa das Confederações, o torneio mundial de futebol que o país sediaria em junho e que era uma espécie de aquecimento para a Copa do Mundo de 2014. Os novos estádios ficariam prontos a tempo? As estradas e aeroportos lotados do país lidariam com o fluxo de visi-

tantes? As praias do Rio seriam suficientemente seguras? Essas eram as perguntas mais prementes feitas nas mesas de jantar, nos botecos e na imprensa.

E então, protestos surgiram para pedir a redução de 20 centavos nas tarifas de ônibus. O movimento era encabeçado pelo Movimento Passe Livre (MPL). Os protestos pela redução das passagens de ônibus, a primeira manifestação ocorreria em 6 de junho, pareciam justos e razoáveis. Mas logo depois, mais de 1 milhão de pessoas saíram às ruas em uma única noite para protestar contra uma variedade estonteante de queixumes, desde o transporte público de má qualidade até as

denúncias de corrupção no governo, assim como reclamações por melhores hospitais.

O movimento das Jornadas de Junho, chamada na imprensa estrangeira de “Primavera Tropical” começara com um protesto legítimo, que recebeu dura repressão policial e, por conta disso, desencadeou protestos muito mais amplos que começaram a varrer várias cidades do país. E então, a pauta definida em torno de uma demanda específica pelo movimento estudantil foi por água abaixo. Havia muita gente ali ocupada em protestar, reclamar e criticar – contra todos e contra ninguém –, com a pauta do aumento da passagem deslocada para um segundo plano.

Nas franjas daquele movimento, o ovo do fascismo e da extrema-direita começava a ganhar corpo. Surgiam ali os grupos ligados à direita radical, como o Movimento Brasil Livre (MBL), que seria fundado em novembro de 2014, a turma raivosa do Vem Pra Rua e ainda dos Revoltados Online. Todos, posteriormente, iriam ganhar apoio e tomar as ruas pelo impeachment de Dilma Rousseff.

O ano de 2013 também foi o ano que catalisou o extremismo nacionalista ultraconservador, calcado em princípios morais da família tradicional e das crenças cristãs. Este caldo se transformaria mais adiante num catalisador de votos. Não havia ainda o jogo sujo das fake news, que desencadearia no uso do alerta das mamadeiras de piroca que seriam distribuídas

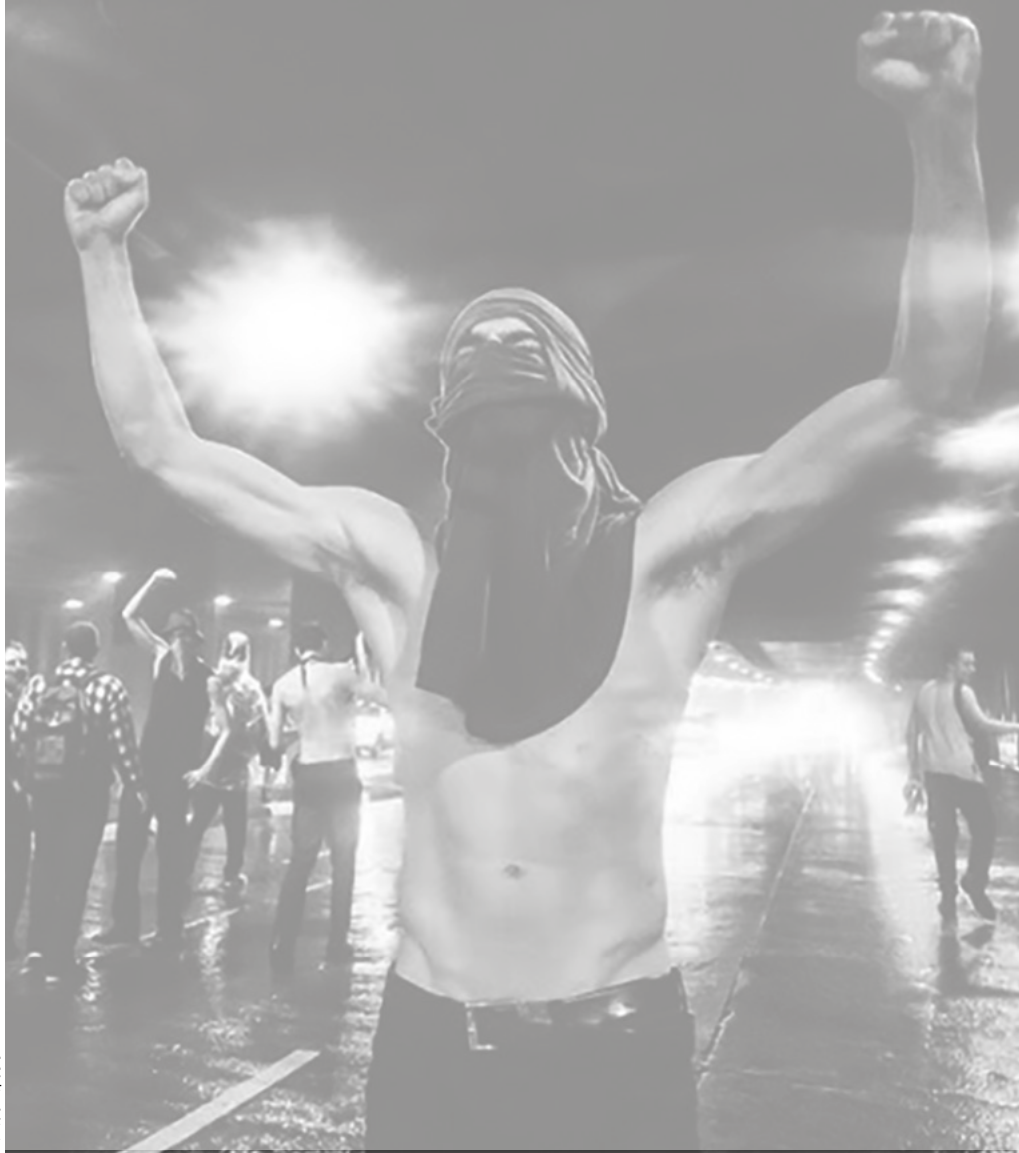
**NO FINAL DE 2012,
O DATAFOLHA
APONTAVA
QUE 92% DOS
BRASILEIROS
ACREDITAVAM
QUE A VIDA IA
MELHORAR. E 92%
APOIAVAM DILMA**

por Fernando Haddad, em 2019, caso ganhasse as eleições presidenciais que pariram Jair Bolsonaro. Mas o caldo do uso das redes sociais para definir uma agenda difusa de ultradireita já começara a ser urdida.

Na última semana, o professor Marcos Nobre, titular de filosofia política da Unicamp e pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), escreveu um artigo no caderno 'Ilustríssima', da *Folha de S. Paulo*, para dizer que a esquerda se equivoca ao apontar junho de 2013 como responsável direta pelos desastres do país vividos a partir de 2016, com o Golpe de Estado que tirou Dilma Rousseff do poder não por um crime de responsabilidade, mas pela falta de apoio político.

O equívoco da esquerda, talvez, tenha sido não perceber de imediato que aquele ensaio de protesto social, embora legítimo, poderia ser sequestrado pela nova direita. Os novos atores do fascismo tupiniquim rapidamente se espalharam pelas ruas vislumbrando a possibilidade de crescer diante da retirada das bandeiras de partidos de esquerda e dos movimentos sociais que sempre estiveram nas ruas.

As caras da nova direita avançaram com as bandeiras e gritos de guerra "sem partido" e "contra a corrupção". Ensaíram e obtiveram na mídia comercial, uma repercussão que foi ganhando a opinião pública. A grande imprensa rapidamente transformou o movimento da direita numa "manifestação espontânea", sem vínculos com movimentos, como se tudo fosse a eclosão de um grito "por melhores serviços" de um Brasil profundo. Uma leitura claramente equivocada. Sem enxergar que havia ali havia o início de uma guerra híbrida que desencadearia num redesenho institucional e político brasileiro dali a apenas cinco anos. •



Mídia Ninja

O COMEÇO DA GUERRA CONTRA OS BRASILEIROS

Nas jornadas de junho, a direita ganhou força com o apoio da mídia, para criar o clima golpista que desencadearia no impeachment. Da exigência dos sem partido até a radicalização dos profissionais da baderna

Fernando Rosa

Onde tem petróleo e gás, tem guerra imperialista, como todos sabem. Não é diferente no Brasil, país detentor da maior reserva descoberta de petróleo do mundo moderno - o pré-sal. No Oriente Médio, especialmente, a tática utilizada é simples e direta ao ponto. Criminalização das lideranças políticas, desmoralização internacional do país e do povo, bombardeios e ocupação territorial.

No Brasil, isso torna-se impossível diante da dimensão continental do país e da quantidade de capitais populosas. Então, a guerra é virtual, com “primaveras”, tecnológica, política, no momento eleitoral, com uso de todas as ferramentas modernas. Portanto, estivemos em guerra desde 2013, especialmente, enfrentando e derrotando uma aliança que incluía a mídia golpista nacional e setores políticos internos. O triunfo de Dilma Rousseff em 2014 foi uma vitória contra essas forças.

Em 2013, comecei a escrever, durante as manifestações e concluí em novembro de 2014. Para mim, ali, naquele momento, estava sendo gestado um golpe contra o Brasil. Não apoiei as manifestações. Lutei no facebook, no Twitter e no movimento social e político contra quem defendia e apoiava “as ruas”.

Inicialmente, o texto era um decálogo, mas depois foi crescendo, indo até às eleições de 2014. Mais exatamente quando a Gestapo de Curitiba, em parceria com *Veja*, pariu seu primeiro golpe. Dilma foi forte, ocupou a TV e atacou bravamente os golpistas. Temos aqui um pré-roteiro de um golpe dos novos tempos. A primeira investida, a preparação para o que vivemos no país em 2016. Sem bombardeios, sem mariners, mas com a mesma violência e agressividade.



Yan Boechat

DE JUNHO DE 2013 A NOVEMBRO DE 2014

1 No dia 13 de junho de 2013, a Polícia Militar de São Paulo – lembrem de como agiram no Massacre do Carandiru? –, reprime de forma brutal a manifestação pacífica de estudantes, jovens e povo em geral por redução de tarifas, como já havia ocorrido em Porto Alegre, de forma até certo ponto pacífica, em ação desmedida, com evidente espírito provocador.

2 Na quinta-feira, dia 14, quando ocorreria nova manifestação, logo após a brutal repressão da Polícia Militar de São Paulo, imediatamente é postado no Youtube vídeo

de Thismr Maia, pseudônimo de Silvio Roberto Maia Junior, porta-voz do movimento Change Brazil, com o objetivo, segundo ele, de “sujar o governo brasileiro no mundo”.

3 “Por coincidência”, no mesmo dia 14, os Estados Unidos anunciam a nova embaixadora no país, senhora Lilitiana Ayalde, vinda do Paraguai, onde recentemente havia sido dado um golpe que derrubou Fernando Lugo, com características parecidas ao que acontece aqui, e que aliás tem o mesmo perfil em todos os países latinos, maiores ou menores.

4 Nesse meio tempo, depois de igualar o movimento organizado pelo Movimento do Passe Livre ao “PCC”, a Rede Globo, por meio de seu porta-voz, Arnaldo Jabor, “pede desculpas” aos manifestantes, demarcando o início da estratégia golpista da mídia, sob o comando da Família Marinho, alinhando a partir dali as demais redes de comunicação que passaram a reproduzir a linha central do golpismo.

Yan Boechat



5 Na mesma direção, entra em campo o fake Anonymus, em versão tucano-golpista, ao mesmo tempo em que, de forma visivelmente orquestrada, espalham-se pela rede informações, incluindo declarações de imposto de renda, ditas hackeadas, de políticos brasileiros, com ênfase no filho de Lula e outros petistas, tentando criar um clima de “Queda da Bastilha”.

6 No campo da manipulação da informação na internet, os golpistas 2.0 promovem o hackeamento do MPL, já no início das manifestações, para convocar, em nome dele, manifestações diferentes das originais em São Paulo, e postando bandeiras distintas daquelas do movimento (como a MP dos procuradores).

7 A partir de então, de forma totalmente inédita na história política do país, manifestações são marcadas para ocorrerem durante a noite. Estendiam-se em sua maioria até por volta de meia-noite ou mais, quando, já esvaziadas, passam a ser tomadas por bandidos de toda ordem que depredam e criam um clima de terror.

8 Em acordo, ou não, com a mídia golpista, e com os bandidos, os organizadores

das manifestações abandonam a ideia de angariar adeptos às suas ideias à luz do dia. E refugiam-se na noite com o evidente e único objetivo de gerar imagens de caos para as televisões e jornais golpistas.

9 Também contrariando a tradição da história de manifestações populares no Brasil, “alvos” são criteriosamente selecionados, como o Itamaraty, o aeroporto de Cumbica, grandes rodovias, estádios de futebol, pequenos estabelecimentos comerciais, prédios públicos, bancos públicos, pontes como a Rio-Niterói e a de Uruguaiana (na fronteira brasileira do Rio Grande do Sul com a Argentina).

10 Também de forma inédita em manifestações políticas no Brasil, manifestantes, muitos aliás, mascarados, “vestidos para a guerra”, como nos clássicos filmes de seriados, tomam de assalto as marchas, de forma planejada e organizada, com a clara intenção de criar clima de desordem e destruição por onde passavam.

11 Durante os primeiros dias das manifestações, agindo de forma articulada, a mídia golpista dis-

tribui nacionalmente, por meio de suas agências, matérias, opiniões de articulistas, coberturas de televisão – tudo em perfeito alinhamento editorial –, estimulando a manifestação, e fortalecendo a **PAUTA DO GOLPE**, especialmente voltadas para o “combate à corrupção”.

12 Ainda a mídia golpista aposta claramente na “mobilização”, tratando os arruaceiros, em cada vez maior número, de “minorias”, contrariando sua prática histórica de acusar os movimentos sociais e sindicais organizados de “baderneiros” quando eles vão às ruas das grandes cidades lutar por melhores salários e condições de vida.

13 Amparados na experiência, e provavelmente no mesmo aparato utilizado na campanha eleitoral de 2010, explode na internet uma articulação em rede. Tem a presença de “centros emanadores” de informações. E personagens amplificados, como o policial que convoca uma Greve Geral, ou alguém que diz que “Dilma vai fechar a Internet”, entre outras atividades que se multiplicam sem qualquer questionamento.

14 Na sexta-feira, 17 de junho, a Rede Globo de Televisão insere na novela das oito, cena em que o personagem praticamente cita o ex-ministro José Dirceu, vinculando-o ao tema da corrupção, para preparar o terreno da mudança da pauta das manifestações do final de semana, especialmente no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, que passariam a ser “dar um basta na corrupção”.

15 Absolutamente contrária à prática política brasileira, é inserida no coração do movimento a tese da exclusão das forças políticas organizadas. Ou seja, nada de partidos, centrais sindicais, sindicatos, entidades de classe, inclusive as estudantis, das manifestações. O argumento é de que o “povo não quer bandeiras”. O objetivo era fortalecer a ideia de “rede”.

16 Em uma manifestação em Brasília, é preso um dos responsáveis pelo ataque ao Itamaraty, que se encontrava em situação de **PRI-SÃO DOMICILIAR**, mas estava no local, “vestido para o crime”, munido de **COQUETÉIS MOLOTOV**. Ou seja, era alguém claramente organizado, municiado e orientado para dizer que agiu por conta própria, como de fato fez quando foi preso.

17 Uso de inocentes úteis, adeptos da “revolução 2.0”, que por esquerdismo, ilusão de classe ou influenciados por parcerias externas – muitas delas atuam no Brasil, especialmente entre a juventude –, acabam dando cobertura – inclusive e, por vezes, principalmente – à baderna nos finais de noite. Assim, amplificam o clima de “desordem revolucionária”.

18 Furada a greve geral marcada pelo Facebook, e vitoriosa a **GREVE GERAL** verdadeira, dos **TRABALHADORES**, a mídia golpista passa a investir contra a legitimidade do movimento sindical. Passa a questionar rancorosamente, com apoio de setores esquerdistas, a representatividade dos dirigentes e entidades mais combativas. E, ao mesmo tempo, atuam para cooptar outros segmentos mais tradicionais e/ou oportunistas.

19 Em regiões, não por acaso referências políticas para o país, como Porto Alegre e Rio de Janeiro, na seqüência das manifestações, movimentos de natureza esquerdista-anarquista passam a agir de forma agressiva, invadindo instituições democráticas, como nas câmaras de vereadores de Porto Alegre, Natal e Salvador, buscando criar “jurisprudência” para a inexistência do Estado de Direito.

20 No pós-manifestações, a mídia golpista insiste em atacar 1) as instituições democráticas, os partidos, a política; 2) o movimento social, o movimento sindical, os sindicatos, as cen-

trais sindicais, com o objetivo de fortalecer a aliança Mídia + Justiça como “alternativa” de poder para o futuro, que se traduziria na candidatura de Joaquim Barbosa, que não vingou.

21 Superada essa primeira onda, a operação do “golpe 2.0” prossegue com uma brutal campanha contra a realização da Copa do Mundo e/ou qualquer possibilidade de sucesso, alinhando-se praticamente à totalidade da grande mídia e os setores políticos organizados da oposição, incluindo segmentos da sociedade civil.

22 A campanha vai até a realização da Copa do Mundo de 2014, incluindo a “vaia histórica” – acompanhada de gritos e ofensas pesadas dirigidas à presidenta do Brasil na abertura do evento. Tais “manifestações”, vendidas pela mídia como “espontâneas”, foram antecedidas de toda sorte de matérias questionando prazos de obras, qualidade dos equipamentos, eficiência dos serviços como aeroportos, hotéis etc. A revista Veja chegou a dizer que no ritmo que seguiam, as obras só seriam concluídas em dez anos.

Lincoln Zarbiatti





PROTESTOS Em meio à indignação por conta da repressão em São Paulo, o Brasil recebe em 15 de junho o jogo de abertura da Copa das Confederações, evento teste da Copa do Mundo de 2014. Dilma Rousseff é vaiada dentro do Estádio Mané Garrincha, em Brasília, palco da partida. Do lado de fora, confronto entre manifestantes e a cavalaria da PM do Distrito Federal.

23 Sob a hashtag **"#não-vaitecopa"**, a mobilização da mídia e da oposição golpista explora informações "terroristas" como "alerta" aos turistas sobre riscos de "epidemia de dengue" no período da Copa, risco de assaltos, estupros e outras violências nas ruas.

24 Em meio ao insucesso das suas ações, e diante de uma Copa do Mundo vitoriosa, em Belo Horizonte, Minas Gerais, sob governos do PSB e do PSDB, em plena Copa, cai um viaduto, matando pessoas, por sorte não resultando em uma tragédia ainda maior, com repercussão negativa.

25 Frustrado o registro do "partido" da Rede, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva assume o papel de vice na chapa de Eduardo Campos, do PSB, com a expectativa de alavancar a candi-

datura do ex-governador, o que não acontece.

26 No auge da primeira fase da campanha, travados nas pesquisas, sem qualquer evidência de um possível crescimento, o avião de Eduardo Campos cai em acidente, sem qualquer apuração das causas até o final de 2014.

27 A mídia transforma a morte do ex-candidato do PSB em um ritual quase religioso, e elege Marina Silva sucessora, realizando e divulgando pesquisa eleitoral antes mesmo de enterro, com números superfaturados ao sabor do momento emocional.

28 Diante da fragilidade e da decadência da campanha de Marina Silva, que apresenta um programa explicitamente neo-

liberal, a mídia golpista e seus mandantes externos voltam a apostar em Aécio Neves como alternativa para implementação de seus planos.

29 No período eleitoral, ficam evidentes a manipulação das pesquisas eleitorais e o uso dos resultados como instrumento de indução dos eleitores, especialmente em São Paulo, de uma maneira ainda mais radical do que tradicionalmente ocorrera na história política do país.

30 Os golpistas, aliados com setores da Polícia Federal e da "Justiça" brasileira, e a mídia, vazam trechos editados de depoimentos da Operação Lava Jato, para incriminar o PT e atingir sua candidatura, mas têm uma forte reação da candidata Dilma Rousseff, que termina derrotando Aécio Neves. •

JUSTIÇA É CEGA: A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA UM FOTÓGRAFO

Reprodução

Junho de 2013 foi o período que abriu as portas para o terror que o país passou a viver com uma direita assanhada ocupando ruas e debates, distorcendo e agredindo. As análises sobre o período estão em toda rede, nos jornais, nas teses. Mas fazem parte desta história também os ataques e violências que foram cometidos naqueles dias. Foram dias sombrios...

Fernanda Estima

Sérgio Silva era um fotógrafo iniciante em junho de 2013, repleto de coragem e disposição para acompanhar as pautas dos movimentos sociais. O dia que levou o tiro de borracha que feriu e cegou seu olho esquerdo seria mais um de manifestações grandes e intensas, mas com muita violência policial. Sérgio poderia não ter ido, foi inclusive aconselhado por um amigo para que tomasse cuidado. Foi porque naqueles dias todos queríamos registrar e testemunhar o que na verdade

nem sabíamos o que viria a ser o desfecho. E porque não era razoável para uma pessoa que acompanha os fatos da vida por meio de suas lentes prever a barbaridade que ocorreu.

Dez anos depois, o fotógrafo ainda percorre os corredores dos tribunais em busca de reparação e justiça. Até hoje o Estado não reconheceu o crime cometido, na verdade, nem reconhece que tenha havido um crime, e por meio de desembargadores empolados, questionou inclusive o motivo do fotógrafo estar onde esteve. Por muito pouco a vítima quase é transformada em réu.

Dez anos depois, a vítima deu a volta por cima, apesar das injustiças e inseguranças jurídicas do caso, tem dois livros publicados sobre a tragédia, realizou exposições, debates e entrevistas onde sempre consegue expor com nitidez o que lhe ocorreu. Sérgio apurou o olhar, pela deficiência provocada pela violência policial – o PM mirou deliberadamente e atirou no olho que se preparava para focar uma cena – e por vingança, como ele mesmo explica.

A vingança foi conseguir se manter vivo e continuar fotografando e, mesmo com um olho só, oferecer imagens cheias de qualidade e poesia. Desde o tiro, Sérgio Silva integra a equipe de Comunicação da Fundação Perseu Abramo, fez graduação em fotografia, aprimorou os cliques, e segue na luta.

As batalhas jurídicas em São Paulo não foram favoráveis a ele, muito pelo contrário, até porque, lutar por reparação de uma ação violenta do Estado, da Polícia Militar, é uma guerra sem data para terminar. Mas nem ele nem seus advogados deixaram de acreditar que será possível, na ida do processo para o Supremo Tribunal Federal, de alcançar a vitória e a justiça.

Reprodução



Dez anos depois, na avaliação do fotógrafo, “o sistema judiciário no Brasil é falho. No meu caso, a estrutura agiu de maneira equivocada ao não investigar as ações violentas praticadas pela repressão policial naquela noite de 13 de junho de 2013. É revoltante ter que conviver todo este tempo com as decisões desumanas que o Tribunal de Justiça de São Paulo sentença em cada audiência”.

A avaliação não deixa de seguir com esperança “que a justiça, de fato, seja feita. Este processo não pode continuar com esta inversão de valores no qual, quem saiu sem um olho, precisa provar que o tiro foi da polícia. Além da re-

paração, outra expectativa é que o Estado seja responsabilizado pelo dano causado”, comenta.

A chegada do processo em Brasília ainda não tem data marcada. O que Sérgio nos conta é que seus advogados trabalham para que isto ocorra o mais breve possível: “quanto mais tempo demora, mais cansativo fica a luta por justiça”.

As fotos que ilustram essa história são as últimas que Sérgio fez antes de ser abatido pela PM. Dez anos depois, foi a primeira vez que ele se debruçou sobre elas, que foram redimensionadas em escala maior e utilizadas na conclusão da graduação do fotógrafo. •



OUTRA PODRIDÃO DA LAVA JATO

Ex-deputado, o empresário Tony Garcia revela diz ter sido agente infiltrado de Sergio Moro e procuradores do Paraná. Ele operava grampeando pessoas e diz que atuou contra Dilma no impeachment

Mais uma podridão da Operação Lava Jato veio à tona na última semana. O empresário de Curitiba e ex-deputado estadual Tony Garcia confirmou que atuou como um agente do ex-juiz federal Sergio Moro ao longo de mais de uma década. Perseguido, ele disse que foi obrigado a gravar pessoas de forma ilegal a pedido de procuradores e do hoje senador federal (UB-PR) após firmar acordo de colaboração premiada em 2004.

“Eu fui um agente infiltrado deles”, disse. Ele ainda acusou Moro de interferir para afastar o juiz federal Eduardo Appio da operação. Ele assumiu o caso da Lava Jato, mas foi afastado por decisão do Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF4). Garcia declarou que a interferência aconteceu porque Appio levaria adiante as denúncias que ele fez à juíza

Gabriela Hardt, que estava à frente da 13ª Vara Federal de Curitiba.

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) apresentou um requerimento à Câmara dos Deputados pela convocação do empresário à Comissão de Administração e Serviço Público para esclarecer as denúncias. Garcia disse ter revelado todas as supostas ilegalidades a Hardt em 2021. Em novembro de 2022, a magistrada rescindiu o antigo acordo de delação, atendendo a um pedido do Ministério Público Federal (MPF), feito ainda em 2018. Na terça-feira, 6, o ministro Dias Toffoli suspendeu todos os processos do ex-deputado estadual e solicitou cópias integrais de todas as ações.

Garcia afirma que, embora tenha apontado atuação ilegal das autoridades envolvidas em sua delação, a juíza não tomou providências. Ela é apontada como uma pupila direta de Sergio Moro, tendo atuado como seu braço direito,

mesmo depois que ele assumiu a carreira política.

Segundo o empresário, a denúncia foi feita durante uma audiência em 2021 e o conteúdo foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) somente em abril deste ano, por decisão do juiz Eduardo Appio, afastado do cargo desde 22 de maio sob suspeita de infração disciplinar.

Garcia diz que prestou depoimento à juíza para detalhar sua atuação como colaborador. Ele imaginava que isso permitiria que ela “formasse juízo de valor antes de sentenciar uma barbaridade daquela”, isto é, o pedido de rescisão feito pelo MPF. “Surpreendi até os meus advogados, que não sabiam de nada, e coloquei tudo que eu fui obrigado a fazer. Fui agente infiltrado [de Moro e dos procuradores]”, disse, em referência aos anos seguintes ao acordo de delação, entre 2005 e 2006.

“Eles [procuradores] me obri-



Reprodução

AGENTE O empresário Tony Garcia diz que atuou durante mais de dez anos como um "agente" do ex-juiz Sergio Moro, produzindo "provas"

garam a andar com dois telefones deles com microfone aberto. Foi assim que eu gravei o [advogado] Roberto Bertholdo, um monte de gente, para eles. Quando eles pegavam conversas que interessavam, eles levavam ao Moro e ele esquentava as conversas. Fazia como se tivesse autorização judicial, com data retroativa", disse. Garcia afirma que possui provas para corroborar as declarações e que pretende mostrá-las ao STF.

Em entrevista ao portal Brasil247, o empresário revelou detalhes sobre o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Ele confessou ter atuado junto com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB), para removê-la do poder. Tony Garcia afirmou que trabalhou com Cunha para construir um acordo com lideranças dos PSDB, incluindo Aécio Neves e Carlos Sampaio, para que o pedido de impeachment fosse aceito, o que ocorreu em dezembro de 2015. "Eu tive participação direta nos bastidores e devo desculpas à presidente Dilma", disse.

Em nota, Sergio Moro disse em nota que o empresário faz um "relato mentiroso e dissociado de qualquer amparo na realidade ou em qualquer prova". A juíza Gabriela Hardt disse que não vai se manifestar sobre o assunto. Na última segunda-feira, 5, Hardt in-

formou que entrou com uma representação criminal contra Tony Garcia por crime contra a honra. E é por isso que ela decidiu se declarar suspeita para julgar todos os processos nos quais o empresário figura como parte. Ela agora está suspeita de prevaricação.

Tony Garcia ainda confessou que passava frequentemente números de telefones para agentes da Polícia Federal de Brasília hospedados em Curitiba. "Um agente tinha um Guardiã, [sistema] que grava vários telefones ao mesmo

**TONY GARCIA
CONFESSA:
"PROCURADORES
ME OBRIGAVAM
A ANDAR COM
TELEFONES. EU
GRAMPEEI UM
MONTE DE GENTE
PARA ELES"**

tempo. Quase todo dia, a gente se encontrava às 6 horas da tarde em frente ao shopping Mueller. Eu pegava ele, ele entrava no meu carro, e eu passava números de telefone para ele grampear", relatou.

Segundo o empresário, Moro e os procuradores tinham interesse especial no advogado Roberto Bertholdo, por causa da suposta influência dele com desembargadores do TRF4. Bertholdo é um lobista conhecido e já foi acusado de suposto tráfico de influência e interceptação telefônica ilegal (inclusive de conversas de Moro). Ele também foi suplente de Garcia em uma disputa ao Senado.

Garcia cita o nome de Carlos Fernando dos Santos Lima e de Januário Paludo entre os procuradores que supostamente o obrigavam a gravar pessoas de forma ilegal. Ambos ganharam projeção na Lava Jato, anos depois. Carlos Fernando, hoje aposentado, chamou de "palhaçada" as falas do delator.

O nome de Garcia despontou na política paranaense na década de 1990, quando resolveu disputar o Senado com o apoio do então candidato a presidente da República Fernando Collor, de quem se dizia amigo. A candidatura foi malsucedida.

Em 1992, fracassou em outra eleição, dessa vez para a Prefeitura de Curitiba. Conseguiu se eleger deputado estadual em 1998, mas exerceu apenas um mandato e abandonou a política.

Em 2004, Garcia foi preso pela PF, acusado de gestão fraudulenta do Consórcio Nacional Garibaldi. Ele concordou em fazer uma colaboração premiada, no fim daquele ano, com procuradores da força-tarefa do caso Banestado junto à 2ª Vara Federal de Curitiba (atual 13ª Vara).

No acordo, homologado por Moro, que era titular do caso, Garcia narrou 30 situações ilegais, envolvendo políticos, advogados, empresários e autoridade

des do Judiciário. No documento constava que ele era “obrigado a providenciar a prova material” de seus relatos.

Garcia afirma que o pedido do MPF para rescindir seu acordo tem ligação com um episódio de 2018, quando forneceu gravações ao Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço criminal do Ministério Público Estadual do Paraná.

Os áudios abasteceram denúncias contra o ex-governador Beto Richa (PSDB), hoje deputado federal. Segundo o empresário, os procuradores insistiam em obter acesso integral a gravações que estavam guardadas com Garcia, com o objetivo de acrescentar elementos a uma investigação contra Richa, mas no âmbito da Justiça Federal.

“Não é que eu não queria dar. Mas eu estava exigindo que, para entregar o pendrive [com as gravações], eles anuissem o meu acordo com o Gaeco, para eu ficar protegido. Foi aí que eles começaram com retaliação”, denuncia. De acordo com Garcia, o então procurador Deltan Dallagnol, deputado federal cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), começou a fazer “um monte de arbitrariedade para que eu entregasse [o pen drive] na marra”. Segundo o empresário, “Deltan mandou buscar toda a filmagem no andar onde fica meu escritório, no Curitiba Trade Center, para saber quem tinha frequentado lá. Eles tinham uma Guantánamo”.

Em julho de 2018, Garcia entregou o pendrive e celebrou o acordo com o Gaeco, com o MPF como anuente. O MPF sustenta que a rescisão do acordo foi pedida à Justiça porque Garcia mentiu, escondendo a propriedade da empresa Eldorado Corretora de Mercadorias Ltda., que vendia veículos importados. Para a procuradores, houve omissão de tributos decorrentes do comércio. •

O TESOURO DO CAPITÃO

Jóias, esculturas de diamantes e ouro. Os mimos da ditadura saudita não são caso único. O “acervo” de Bolsonaro inclui oito “presentes” sob investigação da PF

Definitivamente, o ex-presidente Jair Bolsonaro confunde o público com o privado. Acha que podia tudo e bastava querer que conseguiria as coisas. Na última semana, a Polícia Federal revelou que cinco presentes dos Emirados Árabes Unidos e três kits de jóias dadas por autoridades da Arábia Saudita foram “incorporadas no acervo pessoal” do ex-capitão do Exército. Os presentes estão sob investigação.

As peças foram incorporadas ao acervo privado do antigo titular do Palácio do Planalto e chamaram a atenção dos investigadores, que solicitaram mais informações sobre os itens. Em março, por ordem do Tribunal de Contas da União, Bolsonaro devolveu dois kits de jóias da Arábia Saudita, além de armas recebidas dos Emirados Árabes.

O presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, afirmou que, “para que um presente possa ser incorporado ao patrimônio pessoal da autoridade, é necessário atender a um binômio: uso personalíssimo, como uma camisa de futebol, e baixo valor monetário”. Nenhum desses casos se encaixa.

A PF analisa cinco peças do acervo de Bolsonaro: um relógio de mesa cravejado de diamantes, esmeraldas e rubis; três esculturas, uma de ouro, prata e diamantes e um incensário de madeira. Os conjuntos foram oferecidos a Bolsonaro em duas viagens que ele fez aos Emirados Árabes, em outubro de 2019 e em novembro de 2021. Os valores dos presentes não foram registrados pela Presidência da República.

O relógio de mesa foi dado pelo príncipe dos Emirados Árabes Unidos, Mohamed Bin Zayed Al Nahyan. Segundo a descrição feita pelo Gabinete de Documentação Histórica da Presidência, o objeto de 61 centímetros de altura foi feito “em prata de lei com banho de ouro, cravejado com diamantes, esmeraldas e rubis”. Bolsonaro também ganhou uma escultura de 25 centímetros, talhada em aço, prata, ouro e diamantes, com figuras de animais.

A viagem oficial na qual Bolsonaro recebeu esses dois itens foi feita de 12 a 18 de novembro de 2021. Naquela ocasião, o então presidente visitou Dubai e Abu Dhabi; Manama, no Bahrein; e Doha, no Catar. Essa viagem ao Oriente Médio tinha como objetivo estreitar laços comerciais e captar investimentos para o Brasil. •

Reprodução



REGALO Uma das jóias dadas como presente a Bolsonaro por governos árabes que estão sob investigação da Polícia Federal



MAIS MÉDICOS VEM COM TUDO

Lula resgata o programa criado para levar atendimento ao interior e às regiões mais remotas. Estão inscritos 34.070 profissionais interessados em preencher uma das 5.790 vagas já abertas

Com número de inscrições recorde, o Mais Médicos volta com cara nova – e as mesmas velhas críticas. Relançado em março de 2023, a volta do programa destinado a levar profissionais de saúde a cidades e municípios fora dos grandes centros foi compromisso da campanha de Lula em 2022.

A versão 2023 do Mais Médicos encerrou as inscrições no último dia de maio com 34.070 profissionais interessados em preencher uma das 5.790 vagas já abertas. Além de 1.000 das vagas estarem situadas na Amazônia Legal, para fazer frente à crônica falta de profissionais de saúde da região e reforçar as medidas emergenciais destinadas a combater a crise humanitária dos

povos originários, outra novidade da versão 2023 é o fato de que a maioria dos inscritos, 58%, é de médicos brasileiros.

Outra mudança no programa é a prioridade para médicos com registro profissional no Brasil na destinação das vagas. Para aquelas que não forem preenchidas dessa maneira, serão chamados profissionais brasileiros formados no exterior ou estrangeiros que tem registro profissional para atuação no Mais Médicos conferido pelo Ministério da Saúde. Também diminui pela metade, de 8 para 4 anos, o prazo que os profissionais estrangeiros interessados em participar do programa tem para fazer o Revalida, o exame de revalidação do diploma.

Ponto de atrito entre algumas entidades médicas e o governo, a

questão da validação de diplomas estrangeiros, seja de brasileiros que cursaram medicina fora do país, seja de estrangeiros, assombrou o Mais Médicos desde o lançamento. No desenho original do programa lançado pela presidenta Dilma Rousseff em 2013, médicos brasileiros ou estrangeiros que tinham feito a formação médica fora do país estavam liberados do Revalida.

A regra ensejou críticas de que tais médicos seriam profissionais “de segunda classe”, dado que universidades e faculdades de medicina no exterior podem ter estruturas curriculares diferentes. Ainda que o reconhecimento de diploma seja necessário para a prática da medicina no Brasil, o Mais Médicos previa essa dispensa da validação. Era uma medida emergen-

cial para ampliar o atendimento em unidades de saúde em zonas rurais ou na periferia de grandes cidades para os quais, apesar dos incentivos do programa, muitos médicos brasileiros formados nos grandes centros não se apresentavam para trabalhar.

A situação ficou ainda mais hostil com a chegada de um grande contingente de médicos vindos de Cuba, país que se notabilizou pelo atendimento na atenção básica de saúde. Desde a chegada nos aeroportos, os “médicos cubanos”, muitos homens e mulheres negros, foram hostilizados por profissionais de saúde e estudantes de medicina. A alegação é que teriam uma formação mais precária que os médicos brasileiros e trabalhariam em regime análogo à escravidão. Isso porque os salários dos cubanos eram pagos por intermédio da Organização Pan-americana de Saúde – uma parte do salário voltava para o país de origem, para ser reinvestido em pesquisa médica.

Apesar dos ataques, o Mais Médicos transformou as comunidades por onde passou. Estudos mostraram que o programa atendeu 63 milhões de brasileiros. Isso equivale a 24,6% da população brasileira, em 4.058 municípios e 34 distritos indígenas. Até a extinção do programa em 2019, 18.240 médicos, entre eles mais de 11 mil cubanos, se inscreveram no programa. Pesquisas feitas com usuários apontavam índices de aprovação na casa de mais de 80%, alguns chegando a 90%.

O êxito do programa, no entanto, não impediu que a pressão corporativa e dos planos de saúde tomasse fôlego depois do impeachment de Dilma em 2016. Já no governo Temer, o então ministro da Saúde, Ricardo Barros, assumiu o compromisso de afastar os médicos estrangeiros, sobretudo os cubanos.

Na campanha de Bolsonaro à Presidência em 2018, marcada pelas fake news e pelo terror do “comunismo”, os médicos cubanos foram usados como munição para insuflar o discurso fascista. Ainda em 2018, Cuba se retirou do programa em função de mudanças de regras anunciadas por Jair Bolsonaro. E em agosto de 2019, foi substituído pelo Médicos pelo Brasil, um programa em tudo mais precarizado que o anterior, no bojo de uma série de medidas adotadas pelo governo

A MUDANÇA NO PROGRAMA AGORA É A PRIORIDADE PARA MÉDICOS COM REGISTRO PROFISSIONAL NO BRASIL NA DESTINAÇÃO DAS VAGAS

da extrema-direita, como cortes brutais no orçamento da saúde, que deixaram o SUS sucateado e enfraquecido.

Quando o Brasil teve de enfrentar a pandemia do coronavírus, a sanha privatista e destruidora de programas bem sucedidos de governo anteriores teve consequências diretas na capacidade de atendimento aos doentes de covid na rede pública. Para além do negacionismo de Bolsonaro e das invectivas de seus ministros de Saúde contra a ciência, a falta

de médicos nos lugares mais pobres quase provocou o colapso do sistema público. Mesmo com a dedicação mostrada por muitos profissionais de saúde, certamente acabou pesando no número de mortes que poderiam ser evitadas.

Além da covid, uma grande preocupação dos técnicos em saúde pública e epidemiologia durante o pior período da pandemia era com a explosão de casos de outras doenças que ficaram negligenciadas pela emergência sanitária que o Brasil atravessou entre 2020 e 2023. Com o SUS já sobrecarregado, a volta dos Mais Médicos é mais do que necessária para ampliar a cobertura de saúde onde ela se faz mais necessária.

De acordo com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, as entidades médicas que reclamam da atuação de médicos sem diploma nem registro nos conselhos regionais de medicina devem reavaliar as modificações feitas para a versão 2023 do programa. “Já oferecemos um número maior de vagas de residência médica”, diz.

“O Ministério da Saúde é responsável financeiramente por cerca de 40% da residência médica no Brasil. Em relação ao Revalida, a própria medida provisória do Mais Médicos já reconhece que tal como vinha sendo feito no Brasil não traz nenhum resultado positivo, impede muitos médicos de prestar o exame, um número excessivo de horas de exame num dia, a própria questão da prova prática é um problema”, disse à *Folha de S. Paulo*.

O médico e ex-ministro Arthur Chioro, em artigo publicado na revista Carta Capital, assinala que, apesar do acerto do governo em voltar a investir na atenção básica ao reeditar o programa, não será fácil vencer as resistências. “A questão pega fogo, de verdade, porque o tema é nitroglicerina pura nos debates internos à corporação médica”, aponta. •

GOVERNO DÁ ESPERANÇA PARA FAMÍLIAS ENDIVIDADAS

Lula lança o Desenrola Brasil que promete socorrer 70 milhões de brasileiros que estão inadimplentes. A partir de julho, quem ganha até 2 salários poderá renegociar dívidas de até R\$ 5 mil

Em apenas cinco meses de governo, mais uma promessa de campanha vira realidade. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na segunda-feira, 5, a medida provisória que tira do papel o Desenrola Brasil, programa que irá beneficiar cerca de 70 milhões de brasileiros endividados. O programa, que contempla duas faixas de endividados, irá combater a inadimplência e permitir a volta do consumo sustentável das famílias, um dos motores do crescimento econômico no país.

“Vamos refinanciar para o devedor, mas o credor não vai ter que ficar esperando o pagamento”, garantiu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “O credor vai ter a certeza do recebimento. Queremos melhorar as condições

de descontos dos credores e facilitar a vida dos devedores”. Haddad avalia que cerca de 30 milhões de inadimplentes serão diretamente beneficiados pelo programa.

Segundo o governo Lula, o programa Desenrola Brasil terá mais duas etapas após a publicação da medida provisória: a adesão dos credores e a realização de um leilão por categoria de crédito – como dívidas bancárias, dívidas de serviços básicos, dívidas de companhia – e a adesão dos devedores e período de renegociação. “Nesse primeiro momento, as pessoas que têm dívidas em até R\$ 100 poderão ser desnegativadas”, diz Haddad.

De acordo com o programa quem ganha até dois salários mínimos – cerca de R\$ 2.640 – ou aqueles inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) para programas

sociais estarão na faixa 1 do Desenrola Brasil. A renegociação será feita a partir de dívidas bancárias e não bancárias que geraram negativação do CPF no valor de até R\$ 5 mil. Segundo o Ministério da Fazenda, “o potencial em dívidas a serem negociadas é de mais de R\$ 50 bilhões, o que deve beneficiar 43 milhões de pessoas”.

“A nossa previsão é que o setor bancário privado também vá participar do programa”, destacou Fernando Haddad. “O programa depende da adesão dos credores, uma vez que a dívida é privada. Mas nós entendemos que muitos credores vão querer participar do programa dando bons descontos justamente em virtude da liquidez que vão obter, porque vai ter garantia do Tesouro”.

O governo explica que a plataforma desenvolvida para o Desen-

rola irá acelerar as negociações, eliminando intermediários e reduzindo burocracias. “Cabe ressaltar que os pagamentos serão realizados diretamente do banco para os credores que participaram do leilão – incluindo bancos, varejistas, companhias de saneamento, eletricidade, empresas de cartão de crédito, etc. Não é possível mandar o dinheiro para o devedor pagar o credor”, explicou. A renegociação irá cobrir dívidas negativadas até 31 de dezembro de 2022.

Ainda de acordo com o governo, o pagamento poderá ser à vista ou por financiamento bancário em até 60 meses, sem entrada, com 1,99% de juros ao mês e primeira parcela após 30 dias. A operação poderá ser feita pelo celular, já que o governo irá disponibilizar um aplicativo para facilitar as operações.

Caso a pessoa decida parcelar o pagamento, pode-se optar por débito em conta, boleto bancário ou pix. O pagamento à vista será feito via plataforma e o valor será repassado ao credor. As opera-

ções do Desenrola Brasil estarão isentas de IOF.

A meta do governo é estimular a competitividade entre os credores, já que o devedor terá liberdade para escolher a instituição cadastrada na plataforma desenvolvida pela Fazenda para a quitação do débito. O resultado será melhores ofertas aos endividados. “Na faixa 1, não poderão ser financiadas dívidas de crédito rural, financiamento imobiliário, créditos com garantia real, operações com funding ou risco de terceiros e outras operações definidas em ato do Ministério da Fazenda”, explica o Ministério da Fazenda.

Quem tem dívidas somente com bancos estará na faixa 2 do programa. Dessa forma, as dívidas poderão ser renegociadas diretamente com o banco credor, sem garantia do fundo do governo. “Nesse caso, o governo oferece às instituições financeiras, em troca de descontos nas dívidas, um incentivo regulatório para que aumentem a oferta de crédito”, diz o ministro. •

COMO FUNCIONA O DESENROLA BRASIL

Haverá um leilão reverso entre credores, organizado por categoria de crédito – como dívidas bancárias, dívidas de serviços básicos, dívidas de companhia. Quem der mais desconto será contemplado no programa, apresentará a dívida com desconto para renegociar com as pessoas físicas e contará com garantia que sua dívida será saldada.

Quem der menos desconto ficará de fora do programa. Tem credores com menor capacidade de descontos, em função de questões operacionais e legais – como companhias de saneamento e eletricidade. Já outros credores estão com dívidas há mais tempo em aberto. Esses

têm capacidade de dar descontos maiores.

No leilão, os credores serão chamados a oferecer descontos sobre seus créditos incluídos nos lotes. Serão vencedores que oferecerem os maiores descontos. Como o credor pode não vencer o leilão ou não aderir ao programa, é possível que o devedor não encontre todas suas dívidas para renegociar no Desenrola.

A plataforma vai divulgar a lista de dívidas passíveis de negociação no programa, o desconto oferecido pelo credor e a situação. Em momento oportuno, será divulgado o edital do leilão, com as regras definidas e prazos para participação. •

MCMV APROVADO NA CÂMARA

A medida provisória do programa Minha Casa Minha Vida foi aprovada pela Câmara dos Deputados na quarta-feira, 7. O texto do governo, apresentado no início do ano, passou por alterações dos parlamentares. Uma delas trouxe o repasse obrigatório de recursos de fundos de habitação, todos os anos, para estados e municípios investirem em habitação.

Existem o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e o Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA). Juntos, podem somar até R\$ 10 bilhões, de acordo com o orçamento de 2023. O texto aprovado obriga a transferência de pelo menos 5% do valor para entes federativos.

A proposta segue para o plenário do Senado. O prazo final do texto é até o dia 14 de junho. Após esse período, a MP caducaria, tornando-se inválida. O texto foi aprovado na Câmara de forma simbólica e apenas o partido Novo se manifestou contra a proposta.

O texto traz de volta o Regime Especial de Tributação (RET) para as empresas que operam na faixa 1 do programa. Esse regime, na prática, reduz os impostos pagos pelas empresas que operam nessa faixa. Ele vigorou até o ano passado.

O relator da MP, deputado Fernando Marangoni (Uniao-SP), justificou que isso implica em aumento do custo de obras. “Há uma alíquota diferente para o faixa 1 para adequarmos o custo de obra ao custo final”, comentou. O MCMV substituiu o Casa Verde e Amarela, do governo Jair Bolsonaro. •



OS JUROS E A QUESTÃO FISCAL

Quando o Banco Central insiste em manter juros extraordinariamente altos, além dos males conhecidos, isso agrava o desequilíbrio das contas públicas que ele tanto critica

André Lara Resende

Há unanimidade quanto aos malefícios dos juros altos. Ninguém gosta. Todos, até o nosso Banco Central, que atualmente detém o recorde mundial de juro real, reco-

nhecem os problemas que podem causar. A razão alegada para manter os juros extraordinariamente elevados é que seria necessário para controlar a inflação e trazê-la de volta para a meta. Sustenta-se, também, que embora determine a taxa de curto prazo, mesmo se quisesse, o Ban-

co Central seria impotente para reverter o quadro de juros altos. As taxas mais longas seriam determinadas pelo mercado, com base nas expectativas de inflação e na pressão exercida pela necessidade de financiamento do Estado.

Estes dois argumentos são questionáveis.

Juros altos são efetivamente necessários e eficazes para o controle da inflação? Até o final do século passado, havia um relativo consenso de que uma inflação moderada de um dígito, numa economia sem mecanismos estabelecidos de indexação, poderia ser combatida com o desaquecimento da economia e o aumento do desemprego. A maneira mais rápida e eficaz de desaquecer a economia era elevar a taxa de juros, que desde os anos 1990 é reconhecidamente a principal variável de política monetária. A alta dos juros reduziria o consumo e o investimento, com demanda mais fraca, o mercado de trabalho ficaria desaquecido, o ritmo do aumento dos salários seria reduzido e a inflação contida. Essa é a lógica por trás da Curva de Phillips, uma relação empírica que associava o aumento do desemprego à redução da inflação.

A controvérsia em torno da possibilidade de que esse “trade-off” pudesse ser explorado para reduzir o desemprego com um pequeno aumento da inflação terminou com a incontestável vitória dos céticos. No entanto, a tese de que o aumento do desemprego reduziria a inflação, que o desaquecimento da economia modera a inflação, continua a ser parte central do quadro conceitual da macroeconomia convencional. Nas últimas duas décadas, a Curva de Phillips se tornou praticamente horizontal, ou seja, a inflação ficou menos sensível ao desemprego. Entre as explicações possíveis, a mais plausível é que o emprego formal perdeu importância, os sindicatos se enfraqueceram e os salários já não são mais tão relevantes na formação de preços. A resiliência da inflação pós-pandemia, no mundo todo, deveria ter deixado definitivamente claro que

juros são bem menos eficazes do que se pretende no controle da inflação. Não estamos aqui falando de processos inflacionários crônicos, como o brasileiro da segunda metade do século 20, que, se pudessem ser combatidos com juros altos, não teriam exigido um Plano Real, mas de uma inflação moderada, como a que temos hoje aqui e em grande parte do mundo.

Artigo de Alex Ribeiro, de 22 de maio, no *Valor Econômico*, a propósito do seminário internacional promovido pelo BC, em São Paulo, reporta que Campos Neto perguntou a outros banqueiros centrais presentes por que, em várias partes do mundo, apesar de os juros subirem tanto, a atividade econômica e a inflação resistem. A pergunta é sinal de uma certa perplexidade diante do descompasso entre a teoria dominante e a prática. Ora, se há perplexidade em face da evidência da ineficácia e unanimidade sobre os efeitos colaterais do remédio, por que então insistir na aplicação de

A TAXA BÁSICA FIXADA PELO BANCO CENTRAL É A PRINCIPAL DETERMINANTE DE TODA A ESTRUTURA A TERMO DAS TAXAS DE JUROS

doses maciças? A resposta nos remete à suposta incapacidade de o Banco Central reduzir os juros. Argumenta-se que se o BC reduzisse a taxa básica com as expectativas “desancoradas”, o tiro sairia pela culatra e as taxas longas se elevariam.

No *Valor*, em 8 de março, publiquei um artigo onde sustentei que a taxa básica fixada pelo Banco Central é a principal determinante de toda a estrutura a termo das taxas de juros. Apresentei como evidência um gráfico do Tesouro Nacional, com a trajetória da taxa Selic, o custo médio das emissões em oferta pública e o custo do estoque da dívida para o período entre 2011 e 2022. Afirmei que, como se pode constatar a olho nu, o custo médio das emissões e do estoque da dívida acompanha a Selic. Existe uma alta correlação entre eles. Fiz o “disclaimer” de que correlação não significa necessariamente causalidade, mas que, nesse caso, não há dúvida, pois a taxa Selic é instrumento do BC, a variável independente, e o custo da dívida, o resultado, a variável dependente.

Duas semanas depois, em 31 de março, Garcia e Cardoso, também no *Valor*, chamam o meu artigo de “instigante”, mas curiosamente não citam o autor. Tentam contestar a tese de que o BC controla os juros. Utilizando dados para um período mais curto, entre 2019 e 2021, sustentam que quando o BC deu início a um ciclo de baixa dos juros até chegar a 2% ao ano, as taxas dos títulos de 4 e 10 anos não acompanharam a queda da Selic. Afirmam que o fato do custo do estoque da dívida acompanhar a taxa básica é devido a que parte expressiva da dívida, pouco mais de 40%, composta pelas LFTs e pelas Operações Compromissadas, está vinculada à Selic, mas que a correlação

entre o custo da dívida e a taxa básica não significa que o BC tenha influência significativa sobre a curva dos juros.

O argumento procede: a redução da taxa básica pode reduzir o custo da dívida, dado que grande parte dela é vinculada à Selic, sem que isso signifique que a redução da taxa básica implique redução de toda a curva e em particular das taxas mais longas. Ainda assim, a redução do custo da dívida reduziria o déficit nominal e a necessidade de financiamento do Estado, com efeito positivo sobre as expectativas. É verdade, como afirmei, que quando a redução da taxa básica é percebida como artificial e possivelmente insustentável, como foi o caso da redução do BC de Tombini, a taxa longa se reduz proporcionalmente menos, levando a curva de juros a ficar mais inclinada. Ainda assim, quando o BC reduz a taxa básica, como se pode observar com os dados da curva de juros das últimas duas décadas disponíveis na Bloomberg, toda a curva se desloca para baixo. Assim como ocorreu no período de Tombini, a redução da taxa básica para 2% ao ano durante a pandemia foi percebida como excepcional e transitória. Por isso, a taxa longa não acompanhou na mesma proporção a queda da taxa curta.

Dois interlocutores que tenho em alta conta entendem que a alta da taxa básica eleva o custo da dívida e agrava o desequilíbrio fiscal, mas argumentam que é preciso mais do que um gráfico, com a evidente correlação entre a taxa básica e o custo da dívida, para contestar a tese de que o BC não controla a curva de juros. É exatamente isso o que faz Simon Simoski, em "A Keynesian Exploration of the Determinants of Government Bond Yields for Brazil, Colombia and Mexico", numa tese de 2019,

COMO APONTA KEYNES, SÃO OS BANCOS CENTRAIS, ATRAVÉS DAS TAXAS DE CURTO PRAZO, QUE DETERMINAM AS TAXAS DE LONGO PRAZO

para o Levy Institute do Bard College, em NY.

Num trabalho cuidadoso, ele utiliza as mais modernas técnicas estatísticas para estimativas de correlações entre séries temporais, para verificar se, como sustentava Keynes, são os bancos centrais, através das taxas de curto prazo, que determinam as taxas de longo prazo. Revisita a crítica de Keynes à teoria dos "loanable funds", dos fundos emprestáveis, segundo a qual a taxa de juros é determinada pela oferta e a demanda de crédito. Para Keynes, é o Banco Central quem determina a taxa de juros no mercado monetário. Após examinar as evidências para os três países, Brasil, Colômbia e México, conclui que o Banco Central tem efetivamente controle da taxa longa. Como já fora demonstrado para o Japão, os EUA, a Índia e os países europeus, numa série de trabalhos de Tanweer Akram e outros, a partir de 2014, o coeficiente de correlação entre a taxa curta e a taxa longa, dos títulos de 10 anos,

está em torno de 70%. Ou seja, uma variação de 1% na taxa de curto prazo implica uma variação de 0,70%, na mesma direção, na taxa longa. Para Brasil, encontra um coeficiente de correlação de 71,2% entre a taxa curta e a do título de 10 anos. Portanto, é o Banco Central através da taxa básica, e não o mercado e as expectativas, o principal determinante das taxas longas.

Este não é o lugar para fazer uma resenha detalhada do trabalho de Simoski, mas recomendo enfaticamente que, ao menos os mais afeitos à discussão teórica e à evidência econométrica, não deixem de ler com atenção sua tese. O tema é da mais alta importância prática quando se discute o regime fiscal e as condições para a convergência e a redução da relação dívida/PIB. É urgente compreender que uma taxa de juros razoável – e por razoável deve-se entender uma taxa nominal superior à meta de inflação e inferior à taxa de crescimento nominal do PIB potencial – é a base de uma política macroeconômica competente, da qual estamos carentes há muitos anos.

Um regime fiscal responsável deve ter por base uma política de juros que só excepcionalmente se desvie desse intervalo. Como parece ter sido finalmente entendido no Brasil, as políticas monetária e fiscal são indissociáveis. O que ainda falta ser assimilado é que a política de juros altos tem implicações fiscais que não podem ser desconsideradas. Quando o Banco Central insiste em manter juros extraordinariamente altos, além dos males conhecidos, agrava o desequilíbrio das contas públicas que ele tanto critica. •

Economista, foi presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (governo FHC).

Publicado originalmente no *Valor Econômico*, em 2 de Junho de 2023.

PETROBRÁS QUER ATENDER AO IBAMA

Presidente da estatal diz que pediu ao órgão ambiental a retomada do licenciamento. Mas empresa anunciou que vai deslocar a sonda na costa do Amapá para a Bacia de Campos

O presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, anunciou que a empresa tem condições de atender às condicionantes apresentadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para perfurar um poço na bacia da Foz do Amazonas. "A licença não deve ser dada a qualquer custo, mas é nosso dever recorrer. Estamos pedindo ao Ibama a retomada do licenciamento", disse.

Apesar dos esforços para poder perfurar um poço na foz, Prates reconhece que a decisão sobre a atividade na região cabe ao Ibama e que o órgão pode manter o indeferimento, como já fez em maio. A exploração da margem equatorial é parte dos esforços da Petrobrás para repor reservas. A exploração e produção de óleo continuará a ser prioritária na empresa, inclusive para financiar a transição energética para uma economia de baixo carbono.

Caso o novo pedido seja necessário, a estatal pedirá também à Agência Nacional do Petróleo (ANP) uma dilação do prazo para perfurar o poço, que hoje é até agosto de 2024. Em maio, o Ibama negou um pedido da petrolífera com o argumento de que havia problemas no projeto da estatal. A Petrobrás

A negativa do Ibama abriu uma crise no governo, que se divide quanto ao projeto. Com a negativa, o líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), favorável à ex-

ploração nas águas profundas da costa do Amapá, deixou a Rede, partido da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O plano prioritário da Petrobrás ainda é conseguir a autorização para fazer a perfuração e analisar a viabilidade da exploração comercial do poço no local. A estatal aumentou um ponto de recuperação de fauna e flora atingidos por vazamentos de óleo em Oiapoque (AP) e alterou rotas de voos para minimizar problemas de ruídos de aeronaves para comunidades tradicionais da região.

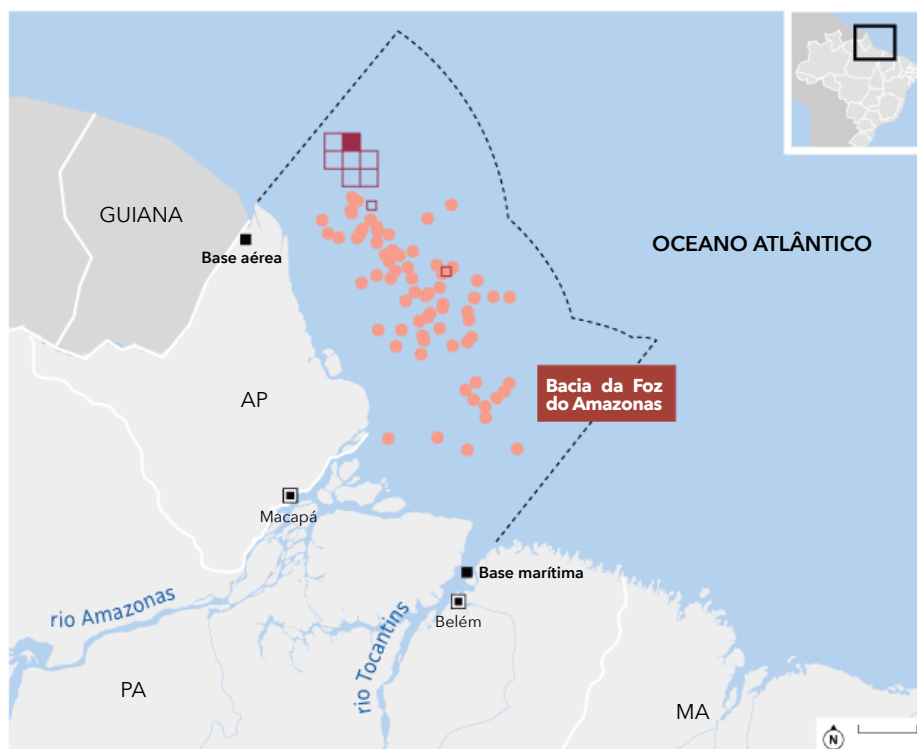
Enquanto aguarda um aval do governo, a Petrobras anunciou na semana a desmobilização da sonda que estava no local da perfuração por exigência do Iba-

ma. Ela seguirá para o Sudeste, onde a estatal planeja perfurar dois poços com o mesmo equipamento, na Bacia de Campos. A sonda onde está hoje custa R\$ 3,4 milhões por dia à Petrobras. Ao todo, a companhia já gastou R\$ 1,2 bilhão com o projeto envolvendo a exploração comercial de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas.

A bacia entrou no radar da Petrobrás depois de descobertas gigantes de petróleo na Guiana e no Suriname. As reservas de petróleo recuperáveis da Guiana já somam mais de 11 bilhões de barris – o que equivale a US\$ 1,1 trilhão de dólares. Em 2013, geólogos da ANP estimavam que toda a área poderia ter 14 bilhões de barris de petróleo. •

A EXPLORAÇÃO NA FOZ DO AMAZONAS

- Blocos exploratórios sob concessão
- Bloco 59
- Poços perfurados



A APOSTA CAMBIAL DOS BRICS É UM ALERTA OPORTUNO

A recente reunião dos cinco países emergentes que integram o bloco, concluída na Cidade do Cabo, pode ficar para a história como o momento em que o movimento anti-dólar atingiu a maioria

William Pesek | Asia Times

À margem da recente reunião dos Brics na Cidade do Cabo, África do Sul, as autoridades contemplaram como raramente antes as cinco palavras mais perigosas da economia: as coisas são diferentes desta vez.

Há anos, Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e outras economias emergentes esperavam quebrar a hegemonia do dólar que complica os cálculos geopolíticos. Na Cidade do Cabo, os ministros das Relações Exteriores do cinco países que integram o bloco presidiram o que pode ser lembrado como o momento em que o movimento anti-dólar ganhou força.

Na preparação para a confabulação, os membros dos Brics pediram ao banco que o grupo se estabelecesse para estudar

como uma moeda conjunta poderia funcionar – logística, infraestrutura de mercado e como as sanções contra a Rússia afetam as coisas.

Igualmente importante é a enxurrada de acordos cambiais que excluem o dólar: China e Brasil concordando em liquidar o comércio em yuan e reais; França começando a realizar algumas transações em yuan; Índia e Malásia aumentam o uso da rupia no comércio bilateral; Pequim e Moscou negociando em yuans e rublos.

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), de 10 membros, está unindo forças para fazer mais comércio regional e investimentos em moedas locais, não em dólares. A Indonésia, a maior economia da Asean, está trabalhando com a Coreia do Sul para intensificar as transações em rupias e won.

O Paquistão pretende começar a pagar à Rússia pelas importações de petróleo via yuan. Os Emirados Árabes Unidos estão conversando com a Índia sobre fazer mais comércio não petrolífero em rúpias.

No fim de semana passado, a Argentina anunciou que planeja dobrar sua linha de swap cambial com a China para cerca de US\$ 10 bilhões. Em parte, é o desespero, pois as reservas de moeda estrangeira da Argentina evaporaram em meio a uma inflação de 109% que mantém seu banco central em modo de controle de danos. Mas também é um sinal do crescente movimento antidólar na América do Sul.

“Apesar da provável oposição dos Estados Unidos, a desdolarização persistirá, já que a maior parte do mundo não ocidental quer um sistema comercial que não os torne vulneráveis ao armamento ou hegemonia do dólar”, diz Frank Giustra, co-presidente do International Crisis Group.

“Não é mais uma questão de se, mas de quando”.

O economista Rory Green, da TS Lombard, acrescenta que “a geopolítica e o peso econômico da China estão impulsionando – e continuarão a impulsionar – a adoção do Renminbi (RMB) para comércio e reservas. O maior uso internacional do RMB fornecerá canais para a quebra de sanções, mas o dólar não está ameaçado”.

Para ter certeza, Green acrescenta, “a China não tem vontade política e é economicamente incapaz – salvo uma reforma estrutural significativa – de manter um déficit em conta corrente sustentado e fornecer suprimentos suficientes de ativos em RMB globalmente”, o que complica os planos de Pequim de competir com o dólar.

Aqui, os membros do BRICS intensificando-se com uma jogada de força em números pode ser um divisor de águas. Já representam 23% do Produto Interno Bruto (PIB) global e mais de 42% da população mundial. Atualmente, pelo menos 19 outros países – incluindo a Arábia Saudita – querem

se juntar aos Brics, o que aumentaria muito sua influência.

Por enquanto, os cinco países dos Brics estão reunindo US\$ 100 bilhões em moeda estrangeira para atuar como um amortecedor financeiro. Os fundos podem ser utilizados em emergências, permitindo que os membros evitem recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Desde 2015, o banco dos Brics aprovou mais de US\$ 30 bilhões em empréstimos para infraestrutura, transporte e água.

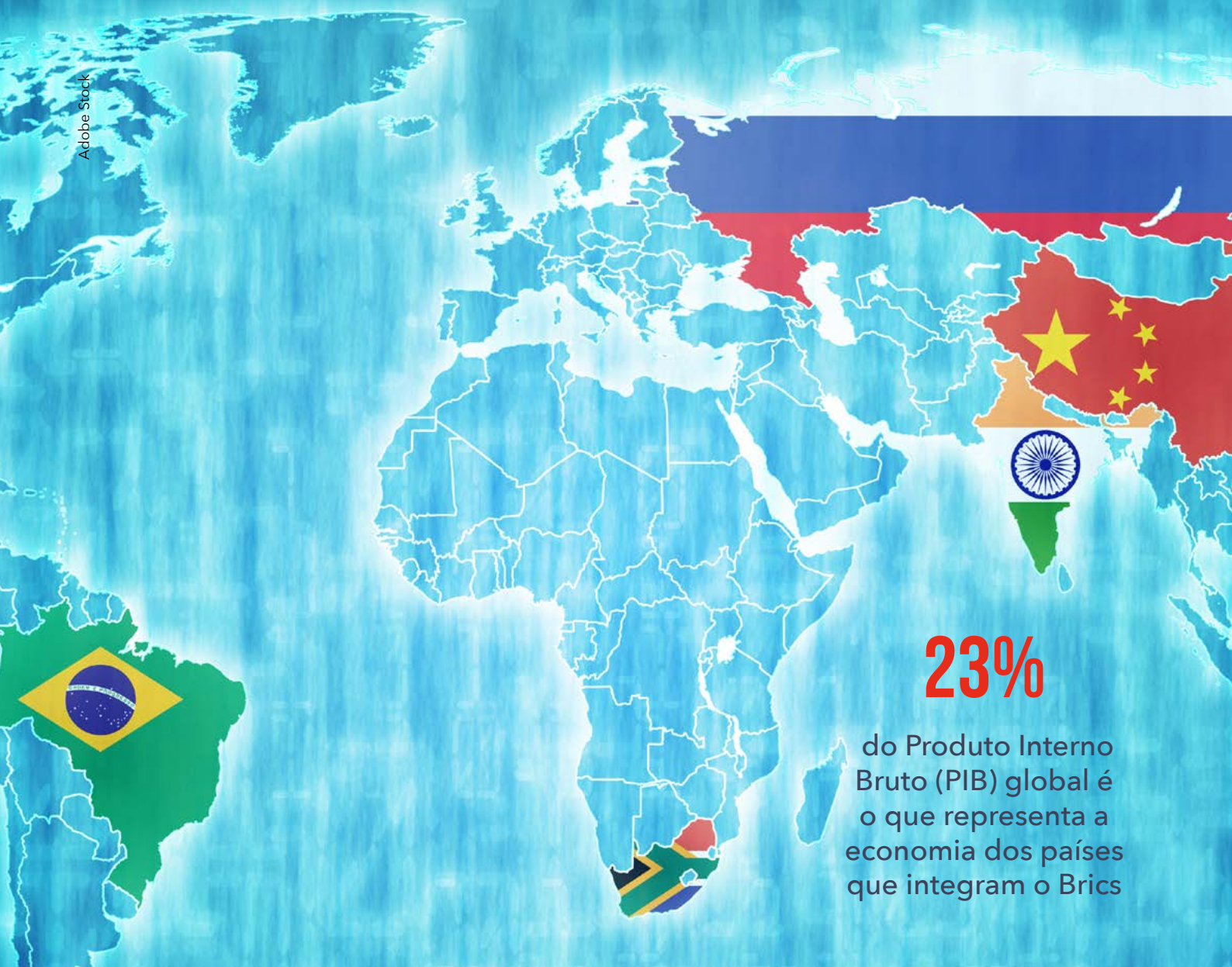
A questão cambial dos BRICS vem ganhando mais força desde meados de 2022, quando foi realizada em Pequim a 14ª Cúpula do bloco. Lá, o presidente russo, Vladimir Putin, disse que os BRICS estavam preparando uma “nova moeda de reserva global” e estavam abertos a expandir seu uso mais amplamente.

Em abril, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva deu seu apoio a uma unidade monetária do bloco. “Por que uma instituição como o banco dos Brics não pode ter uma moeda para financiar as relações comerciais entre o Brasil e a China, entre o Brasil e todos os outros países dos Brics?”, perguntou. “Quem decidiu que o dólar seria a moeda de troca após o fim da paridade do ouro?”

O retorno de Lula à presidência quatro meses antes foi um impulso às ambições do “Sul Global” que o líder chinês Xi Jinping vem defendendo. Em seu terceiro mandato, Xi está colocando maior ênfase em transformar o Sul Global, ou países em desenvolvimento nas regiões da América Latina à África, à Ásia e à Oceania, em uma força econômica e diplomática maior.

O ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, vem destacando o aumento do uso de moedas locais em instrumentos de comércio bilateral, como recebimentos de crédito. O foco, diz, deve ser a eliminação gradual do

BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA, ÁFRICA DO SUL E OUTRAS ECONOMIAS ESPERAM QUEBRAR A HEGEMONIA DO DÓLAR AMERICANO



uso de uma terceira moeda. “A vantagem é evitar a camisa de força imposta por necessariamente ter as operações comerciais liquidadas na moeda de um país não envolvido na transação”, disse.

Lula pode obter suas respostas em agosto, quando a cúpula de chefes de estado dos Brics for realizada em Joanesburgo, na África do Sul. O desejo de uma versão Brics do euro pode ganhar impulso com a adesão de países como Egito, Indonésia, Turquia e Arábia Saudita.

O embaixador dos Brics, Anil Sooklal, diz que outros interessados em ingressar incluem Afeganistão, Argélia, Argentina, Bahrein, Bangladesh, Bielorrússia, Irã, Cazaquistão, México, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Senegal, Sudão, Síria, Emirados Árabes Unidos,

Tailândia, Tunísia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue. Sooklal sugere que alguns países europeus também podem se inscrever.

Isso, é claro, também pode aumentar os problemas do Brics. Quanto mais esse agrupamento adiciona membros com economias e desafios díspares e ambições conflitantes, mais vulnerável a empreitada se torna. O envolvimento da Rússia sozinha, após a invasão da Ucrânia, complica a legitimidade mais ampla do projeto dos Brics.

O principal problema, diz Paul McNamara, diretor da GAM Investments, é que os Brics ainda são uma sigla em busca de um argumento econômico coeso. Foi cunhada em 2001 pelo então economista do Goldman Sachs, Jim O’Neill. Mais provavelmente, diz

McNamara, será apenas um país que desafiará o dólar: a China. Afinal, raciocina, sem a China no centro, a maioria das elites globais atuais se importaria com os Brics?

Alguns acham que pode levar mais tempo para desalojar o dólar. Embora o domínio do dólar leve tempo para se desfazer, a trajetória de afastamento é clara, diz Vikram Rai, economista sênior do TD Bank. “Na próxima década ou duas, há um grande potencial para o surgimento de moedas regionalmente dominantes e um regime internacional multipolar, com os papéis preenchidos agora pelo dólar compartilhado com o euro, um yuan mais aberto, futuras moedas digitais do banco central e possivelmente outras opções que ainda não vimos”, argumenta.

Em um relatório há duas se-

manas, os analistas do serviço de investidores da Moody's escreveram: "Esperamos que um sistema monetário mais multipolar surja nas próximas décadas, mas será liderado pelo dólar porque seus adversários lutarão para replicar sua escala, segurança e conversibilidade em completo".

No entanto, um maior giro dos EUA para o protecionismo, mais riscos de inadimplência e enfraquecimento das instituições estão ameaçando a influência global do dólar, adverte a Moody's. "O maior perigo de curto prazo para a posição do dólar decorre do risco de erros de política que minam a confiança por parte das próprias autoridades dos EUA, como um calote em sua dívida, por exemplo", dizem os analistas da Moody's. "Instituições enfraquecidas e um pivô político para o protecionismo ameaçam o papel global do dólar".

Embora os legisladores dos EUA tenham aumentado o teto da dívida desta vez, a Fitch Ratings está mantendo Washington atenta a um possível rebaixamento. A Fitch teme que a ameaça de inadimplência esteja se tornando uma manobra política de rotina. E adverte "que repetidos impasses políticos em torno do limite da dívida e suspensões de última hora antes da data X - quando a posição de caixa do Tesouro e as medidas extraordinárias se esgotam - reduzem a confiança na governança em questões fiscais e de dívida".

O que preocupa o analista da Fitch James McCormack é que os legisladores americanos estão perdendo o plano de proteger a classificação AAA dos Estados Unidos. Os políticos devem entender que "você está brincando com munição real aqui", disse McCormack à CNN. "Esta é uma situação extremamente perigosa. Há muita coisa em jogo".

Entre os maiores riscos que os EUA estão correndo está a perda do "privilegio exorbitante" que

vem com a impressão da moeda de reserva internacional. Essa frase foi cunhada pelo ministro das Finanças francês da década de 1960, Valéry Giscard d'Estaing, que observou que o papel fundamental do dólar permitia aos EUA viver além de seus meios financeiros, ano após ano.

Em abril, o presidente francês Emmanuel Macron disse que a Europa deveria reduzir sua dependência da "extraterritorialidade do dólar americano". Isso é particularmente verdade à medida que as tensões sino-americanas se intensificam. Se as tensões entre as duas superpotências esquentarem, disse Macron, "não teremos tempo nem recursos para financiar nossa autonomia estratégica e nos tornaremos vassalos".

No mesmo mês, o fundador da Tesla, Elon Musk, alertou via tweet que "a desdolarização é real e está acontecendo rapidamente. Se você armar a moeda várias vezes, outros países vão parar de usá-la". O economista Stephen Jen, da Eurizon SLJ Asset Management, observa que "ações excepcionais" -

OS EUA ESTÃO CORRENDO O RISCO DA PERDA DO PRIVILÉGIO QUE VEM COM A IMPRESSÃO DA MOEDA DE RESERVA INTERNACIONAL

incluindo sanções impostas pelos EUA e seus aliados contra Moscou - tornaram muitas nações menos dispostas a manter dólares.

Jen é citado dizendo que o dólar sofreu um "colapso impressionante" em sua participação de mercado como moeda de reserva em 2022, "presumivelmente devido ao uso vigoroso de sanções". Ele calcula que a participação do dólar nas reservas globais oficiais caiu para 47% no ano passado, abaixo dos 55% em 2021 e um colapso acentuado dos 73% em 2001. Sua perda de participação de mercado somente em 2022 foi 10 vezes mais rápida do que a erosão constante nas últimas duas décadas.

O bilionário Ray Dalio, fundador do fundo de hedge Bridgewater Associates, concorda que "há menos vontade de comprar" títulos do Tesouro dos EUA. Ele aponta para as medidas ocidentais para congelar cerca de US\$ 300 bilhões em ativos do banco central russo, medidas punitivas diz Dalio, "aumentaram o risco percebido de que esses ativos de dívida possam ser congelados da maneira que foram congelados para a Rússia".

No entanto, mesmo com base apenas na economia, diz O'Neill, fundador do conceito dos Brics, o sistema global parece pronto para um pivô. "O dólar americano desempenha um papel muito dominante nas finanças globais", observa O'Neill. "Sempre que o conselho do Federal Reserve embarcou em períodos de aperto monetário, ou o oposto, afrouxamento, as consequências sobre o valor do dólar e os efeitos indiretos foram dramáticos".

Essa dinâmica ajudou a abrir caminho para os eventos na Cidade do Cabo, um evento que pode ter pernas nos círculos monetários nas próximas gerações. •

* Tradução de Olímpio Cruz Neto



Mario de Finá/AP

ARQUIVO Juiz na Argentina rejeitou caso de lavagem de dinheiro aberto há dez anos contra Cristina Kirchner. Promotores não acharam provas

CRISTINA OBTÉM VITÓRIA CONTRA O LAWFARE

Juiz argentino rejeita processo de corrupção de longa data contra a vice-presidenta Cristina Kirchner. O processo por lavagem de dinheiro foi arquivado por falta de provas

Um juiz na Argentina rejeitou na segunda-feira, 5, um caso de lavagem de dinheiro que vinha tramitando na Justiça Federal há muito tempo contra a vice-presidenta Cristina Fernández Kirchner. Promotores disseram que não havia evidências de que ela estava envolvida no crime de corrupção. O juiz federal Sebastian Casanello determinou que Cristina seja afastada do caso que ficou conhecido como “rastros do dinheiro K” porque envolvia supostas propinas e lavagem de dinheiro em nome da família dela pelo empresário Lázaro Báez.

O promotor Guillermo Marjuran reconheceu no final de maio que não havia evidências de que Cristina Kirchner, ex-presidente de 2007 a 2015, estivesse envolvida na corrupção pela qual Báez foi condenado a 10 anos de prisão. A decisão marca a última instância em que a vice-presidenta foi admitida no caso relacionado à corrupção em andamento antes de chegar ao julgamento final. Assim como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ela vem sendo vítima de lawfare há anos.

Em contraste com o arquivamento do processo, a ex-presidenta foi condenada em dezembro do ano passado a seis

anos de prisão em um processo por administração fraudulenta. Ela está proibida de ocupar cargos públicos, supostamente porque teria favorecido Lázaro Báez na adjudicação de obras públicas. Báez foi condenado a seis anos de prisão como parte desse caso que não estava relacionado à “trilha do dinheiro K”. Este escândalo buscava envolver a ex-presidenta em lavagem de dinheiro.

Báez era colaborador próximo de Cristina Kirchner e de seu falecido marido e predecessor, Nestor Kirchner, presidente de 2003 a 2007. O caso começou com alegações de que Báez teria pago por contratos de obras públicas que nunca foram concluídos e que então lavou dinheiro em nome de Néstor Kirchner e sua esposa. A agência tributária e a agência de combate à lavagem de dinheiro da Argentina concordaram que a ex-presidenta, que continua politicamente poderosa, deveria ser afastada do caso.

“Sem acusação, não há possibilidade de processo criminal”, escreveu o juiz Sebastian Casanello em sua decisão. O promotor havia dito que, embora estivesse claro que havia um “relacionamento pessoal próximo e direto” entre Báez e a vice-presidenta, isso não significa que ela estava envolvida na lavagem de dinheiro de cerca de US\$ 65 milhões que levou à condenação de Báez.

Para demonstrar essa relação, Guillermo Marjuran detalhou que uma investigação havia encontrado “pelo menos 372 contatos telefônicos” entre Báez e Fernández e suas secretárias, mostrando que “eram mais do que meros conhecidos de Santa Cruz e tinham uma ligação estreita”. Báez era proprietário da Austral Construcciones, uma das principais empresas favorecidas com contratos de obras públicas durante

a gestão de Cristina Kirchner e de seu falecido marido. Ainda assim, em uma entrevista no final do mês passado, Marijuan disse que não encontrou nenhuma “prova que ligue Cristina Fernández a este caso”.

Cristina Fernández, que há muito critica o sistema judiciário argentino como corrupto, já enfrentou vários processos criminais, mas eles foram se dissipando lentamente à medida que os juízes determinam que não havia provas suficientes para responsabilizar a ex-presidenta, embora essas decisões ainda estejam sujeitas à revisão por instâncias superiores tribunais.

Um tribunal em 2021 rejeitou um processo contra Cristina, acusada de conspirar com o Irã para encobrir o suposto envolvimento de Teerã em um atentado a bomba em 1994 contra um centro comunitário judaico em Buenos Aires. Naquele mesmo ano, um tribunal rejeitou outro processo que acusava a vice-presidenta e sua família de se beneficiarem de uma operação de lavagem de dinheiro envolvendo quartos de hotel e imóveis. Anteriormente, um processo que a acusava de realizar operações fraudulentas no mercado futuro de dólar também foi arquivado.

A vice-presidenta também enfrenta acusações de irregularidades em um caso separado que afirma que ela chefou uma rede de corrupção para conceder contratos de obras públicas durante seu governo.

A acusação contra Cristina por lavagem vinha sendo sustentada por anos pela promotoria e baseava-se tanto no parecer de Marijuan como nos relatórios da Administração Federal de Receitas Públicas (AFIP) e da Unidade de Informação Financeira (UIF), que derrubaram as acusações da ONG reclamante Bases Republicanas. •

AFP/Reprodução



ERDOĞAN EM NOVO MANDATO

Presidente da Turquia prega reconciliação após duas décadas no poder. Ele inicia o terceiro governo com pedido de paz aos opositores. O novo gabinete tem mudanças na Defesa, Relações Exteriores e Economia

Com um discurso de reconciliação em um país dividido, Recep Tayyip Erdoğan, 69 anos, assumiu no sábado, 3, o terceiro mandato como presidente da Turquia. Reeleito em 28 de maio com 52% dos votos, o chefe de Estado prestou juramento para o governo dos próximos cinco anos e prometeu, diante de 600 deputados, exercer o poder com imparcialidade. “Vamos deixar de lado os ressentimentos e a raiva deste período eleitoral”, disse. Erdoğan derrotou seu rival Kemal Kılıçdaroglu no segundo turno.

Erdogan se dirigiu ao mausoléu de Mustafa Kemal Atatürk e, comprometeu-se a “levar as vítimas do terremoto de volta para suas casas o mais rápido possível”. Pelo menos 50 mil pessoas morreram no desastre de 6 de fevereiro e milhões ficaram desabrigadas.

Ele anunciou a formação do novo governo. O cargo de minis-

tro da Economia, será ocupado por Mehmet Simsek, ex-banqueiro da Merrill Lynch. Aos 56 anos, ele terá a tarefa de fornecer ortodoxia financeira para recuperar a confiança dos investidores.

Os principais ministérios também foram renovados. Hakan Fidancan, ex-chefe dos serviços secretos, assume o cargo de ministro das Relações Exteriores. No Ministério da Defesa, Yasar Güler, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, sucede Hulusi Akar.

A Turquia é um dos 31 Estados-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), aliança militar liderada pelos Estados Unidos, e mantém o veto à adesão da Suécia, alegando que o país oferece refúgio a ativistas de oposição que Ancara considera “terroristas”. A Otan quer que Erdoğan abra mão do veto antes da cúpula que será realizada em Vilna, na Lituânia, em julho. •

14 de junho de 1940

PARIS É OCUPADA POR TROPAS NAZISTAS

Depois de Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, chega a vez da França. Em 14 de junho, cai Paris, e as tropas nazistas desfilam na Champs-Élysées, avenida mais famosa da Cidade de Luz, para desespero dos franceses.

Dias antes, o governo francês havia fugido para o sudoeste do país, esperando que a linha Maginot – complexo de fortalezas e túneis interligados, construído ao longo da fronteira com a Alemanha – detivesse o ímpeto dos nazistas. Estes, no entanto, deram a volta, avançando pelo território belga e luxemburguês, mais ao norte, e chegaram a Paris sem enfrentar grande resistência. Milhares de franceses ocuparam as estradas, procurando fugir dos nazistas.

Um armistício entre França e a Alemanha seria assinado em 22 de junho. Por esse acordo, o território francês ficaria dividido em duas zonas: uma ao norte, ocupada diretamente pelos alemães, e outra ao sul, com capital em Vichy, governada pelo marechal Philippe Pétain, simpático aos nazistas.

O general Charles de Gaulle, que se refugiara em Londres, anunciou a continuidade da resistência. A ocupação alemã na França só terminaria em 1944.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



15 de junho de 1953

TRABALHO TEM NOVO MINISTRO: É JANGO

O presidente Getúlio Vargas demite o ministro do Trabalho, o carioca Segadas Viana, e nomeia para o cargo outro petebista, o jovem deputado gaúcho João Belchior Marques Goulart, mais conhecido como Jango. A mudança reverte o desgaste acumulado pelo governo com a Greve dos 300 Mil, iniciada em março e violentamente reprimida pela Guarda Civil, pela Força Pública e pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo.

Os grevistas – trabalhadores da indústria têxtil, fábricas de vidro, distribuição de gás, construção civil, fábricas de sapatos, doces, conservas, tintas e cerveja e telefonia – pediam reajuste salarial de 50% a 60% para repor as perdas impostas pela alta inflação, decorrente da política econômica do governo

anterior.

Em meio à crise provocada pela greve, João Goulart, presidente do PTB, foi chamado por Vargas para mediar o conflito dos trabalhadores com o governo. Em uma sala no Catete, empenhou-se na difícil tarefa de levar os sindicalistas a um acordo, enquanto o Ministério do Trabalho jogava a polícia contra os grevistas. Nessa tarefa, Jango entrou em rota de colisão com Segadas Viana, ministro do Trabalho, que saiu perdendo – foi demitido.

À frente do Ministério do Trabalho, Jango inauguraria um novo estilo de relação entre Estado e sindicatos, em que a polícia daria lugar à negociação. Dessa forma, ele acabaria aproximando ainda mais do PTB os líderes dos trabalhadores.

16 de junho de 1954

IMPEACHMENT DE GETÚLIO É REJEITADO

Somente 35 deputados federais votam a favor do pedido de impeachment do presidente Getúlio Vargas, que é rejeitado por 136 parlamentares, em mais uma etapa da luta sem tréguas movida pela UDN, em aliança com oficiais conservadores das Forças Armadas, para desestabilizar o governo.

As tentativas de abrir um processo que levasse ao afastamento de Getúlio vinham desde o “caso Última Hora”, no ano anterior. Em março de 1954, as denúncias dos jornais oposicionistas sobre uma suposta aliança de Getúlio com o presidente argentino Juan Domingo Perón, para reviver o Vice-Reinado do Prata, serviram de pretexto para nova tentativa, capitaneada pelos deputados udenistas Aliomar Baleeiro e Odilon Braga.

Quando Getúlio remeteu ao Congresso dois projetos – extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo e criação da Eletrobrás –, Baleeiro voltou à carga, no que foi criticado pelo

deputado udenista e jurista Afonso Arinos, que sustentou não haver bases legais para o impeachment.

Nos bastidores, o brigadeiro Eduardo Gomes tentou dissuadir Arinos. Diante do argumento de que o pedido de impeachment estaria fadado ao fracasso, Gomes explicou as reais intenções do grupo: “Isto é necessário para que se forme no meio militar uma consciência de que não há solução legal”.

A campanha pelo impedimento era apenas uma preparação para o golpe. O pedido de impeachment já havia sido rejeitado pelo relator, deputado Vieira Lins (PTB-PR), mas ainda assim a UDN forçou sua apreciação pelo plenário da Câmara, onde sofreu nova derrota.

Para boa parte da oposição, porém, o mais importante era criar um clima que tornasse insustentável a continuidade do governo Vargas. A votação foi precedida por uma intensa campanha midiática levada a cabo pelo jornalista Carlos Lacerda.

17 de junho de 1959

O BRASIL DE JUSCELINO ROMPE COM O FMI

O governo Juscelino Kubitschek rompe com o Fundo Monetário Internacional (FMI) após um ano de negociações. A ajuda financeira solicitada ao Fundo tinha sua liberação condicionada a um plano recessivo.

O empréstimo seria para reduzir a necessidade de emissão de moeda, à qual JK recorria para bancar os incentivos à industrialização. De outro lado, as exigências recessivas do FMI, se cumpridas, inviabilizariam o Plano de Metas que elegeu Juscelino.



Entre desacelerar a construção de Brasília e cumprir a orientação do FMI, Juscelino optou por romper relações com o fundo, em junho de 1959, reconquistando a simpatia da opinião pública.



Reprodução

13 de junho de 1964

SNI: NASCE O MONSTRO DA ESPIONAGEM

Concebido pelo general Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informações (SNI) é criado pela Lei nº 4.341 para assessorar o presidente da República e o Conselho de Segurança Nacional. O SNI se tornou o principal órgão de espionagem da ditadura e peça-chave do Sistema Nacional de Informações (Sisni).

O SNI articulava-se com os ministérios militares, que tinham seus próprios serviços de informação – o Cenimar (Marinha) e, mais tarde, o CIE (Exército) e o Cisa (Aeronáutica) –, a Polícia Federal, os Dops estaduais e os serviços secretos das polícias militares, ocupando o centro da malha da chamada “comunidade de informações”. Nos ministérios civis, em empresas públicas e estatais, foram instaladas as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), que eram braços do sistema responsáveis pela vigilância política de funcionários e de ministros.

O SNI monitorou atividades dos cidadãos dentro e fora do Brasil. Em pouco tempo, o SNI tornou-se uma vasta teia de espionagem, intrigas políticas e negócios ilegais, a ponto de se atribuir ao general Golbery a frase “Criamos um monstro”.

Reprodução



Deops

14 de junho de 1971

STUART ANGEL JONES MORRE NO GALEÃO

Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Stuart Angel Jones é preso no Grajaú, Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), para onde foi levado. Tinha um encontro marcado com o capitão Carlos Lamarca, mas conseguiu preservar o companheiro nos interrogatórios. Submetido a prolongadas sessões de tortura, foi por fim amarrado à traseira de um jipe e arrastado pelo pátio do quartel. A cada parada do jipe, os agentes levavam a boca do estudante ao cano de descarga e o forçavam a respirar os gases do escapamento. Morreu asfixiado e intoxicado por monóxido de carbono.

A Aeronáutica jamais reconheceu a morte de Stuart Angel, dado como “desaparecido”. Seu corpo teria sido transportado num helicóptero militar até a área da Restinga da Marambaia, para ser lançado ao mar. A estilista Zuzu Angel, mãe de Stuart, denunciou o seu desaparecimento ao governo dos Estados Unidos (ele era filho de pai norte-americano e tinha dupla cidadania) e passou os últimos cinco anos de sua vida exigindo uma resposta do regime. Ela morreu em 1976 num acidente de automóvel provocado por agentes da repressão.

A mulher de Stuart, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, foi torturada e morta em São Paulo em 1973. Enterrada como indigente, seu corpo só seria identificado 18 anos mais tarde pela família, que pode então dar-lhe sepultura digna.



Luiz Humberto, Abril

18 de junho de 1973

DITADOR ABSOLUTO, MÉDICI FAZ SUCESSOR

Em reunião com a Comissão Executiva Nacional da Arena, o general presidente Emílio Garrastazu Médici formaliza a indicação do seu sucessor: o general Ernesto Geisel, que na ocasião era presidente da Petrobras.

Geisel foi um dos conspiradores do golpe de 1964. Era ligado ao grupo da Escola Superior de Guerra, onde se desenvolveu a cultura anticomunista e pró-EUA das Forças Armadas nas décadas de 1950 e 1960. Foi chefe da Casa Militar do general presidente Castelo Branco, que o promoveu a general.

A indicação de Ernesto Geisel teve a influência de seu irmão mais velho, Orlando, ministro do Exército no governo Médici. Orlando Geisel foi o criador do DOI-Codi e comandou o aparato

de repressão, tortura e morte de opositores que se formou naquele período conhecido como “os anos de chumbo”.

Garrastazu Médici não encontrou contestações no meio militar à sua indicação – muito menos no seio da Arena. Tornou-se, assim, o primeiro presidente do ciclo da ditadura a concluir seu período de governo e “fazer” o sucessor.

Na reunião com a Executiva da Arena, Médici afirmou sobre Geisel: “O candidato em que me detive preenche de modo superabundante os pressupostos, havendo a mais completa segurança de que não permitirá, uma vez investido na Presidência da República, sofrer qualquer desvio a filosofia econômica, social e política a que se filia a ordem revolucionária”.

13 de junho de 1980

LGBT E PROSTITUTAS DENUNCIAM VIOLÊNCIA

Militantes de 13 organizações se reúnem, à noite, na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo em protesto contra as operações Limpeza e Rondão, comandadas pelo delegado José Wilson Richetti. Desde abril daquele ano, as polícias civil e militar vinham prendendo e espancando prostitutas, travestis e homossexuais no centro da cidade e em outras regiões da capital pau-

lista. As ações tinham o apoio do comandante do 2º Exército, general Milton Tavares, e do governador Paulo Maluf.

Grupos homossexuais, feministas e negros passaram a se mobilizar contra a Operação Limpeza. Denunciaram as violências em entrevistas coletivas, entraram com representação judicial contra o delegado e fizeram panfletagem na cidade.



Reprodução

14 de junho de 1982

DITADURA ARGENTINA PERDE NAS MALVINAS

A Argentina é forçada a se render incondicionalmente na guerra travada com o Reino Unido pela posse das Ilhas Malvinas. O confronto iniciado no dia 2 de abril termina 73 dias depois, com as mortes de 649 militares argentinos, 255 soldados britânicos e três civis.

A Junta Militar argentina esperava com a operação mobilizar o sentimento patriótico dos argentinos para se manter no poder. As ilhas, ocupadas pelo Reino Unido e chamadas de Falklands pelos britânicos, eram reivindicadas pela Argentina como parte de seu território desde 1833.

A invasão propiciou um curto período de popularidade ao governo militar argentino, que se esvaíu após a reação britânica. A crueldade da ditadura se estendeu até os campos de guerra. Nos anos

seguintes, seriam recolhidos relatos de um sofrimento indizível dos jovens soldados argentinos: fome, frio e, principalmente, torturas e maus-tratos infringidos por seus próprios oficiais. Nos anos que se sucederam ao conflito, houve registros de pelo menos 400 suicídios de ex-combatentes.

No Reino Unido, o conflito salvou o governo de Margareth Thatcher. Antes da invasão das Malvinas, a derrota da primeira-ministra nas eleições daquele ano era considerada como certa, devido às medidas neoliberais impopulares tomadas pelo seu governo. Com a vitória, conseguiu recuperar popularidade e manter-se no cargo.

Na Argentina, o general presidente durante a guerra, Leopoldo Galtieri, teve que renunciar três meses após a derrota.



Custodio Coimbra, Agência O Globo

12 de junho de 2000

SEQUESTRO DE ÔNIBUS ACABA EM TRAGÉDIA

Sandro do Nascimento, um dos sobreviventes da Chacina da Candelária, sequestra um ônibus da linha 174 no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro, fazendo dez passageiros reféns. O drama do sequestro do ônibus 174 é um instantâneo da tragédia social brasileira. Sandro era menino de rua desde os seis anos de idade, quando a mãe foi assassinada. Viciou-se em drogas e praticava pequenos furtos no centro do Rio. Dormia na porta da Igreja da Candelária. Sobreviveu à chacina ocorrida havia sete anos e seguiu na mesma vida.

Na tarde de 12 de junho, Sandro entrou armado no ônibus. Passageiros conseguiram alertar a polícia sobre um possível assalto. O veículo foi cercado. Sandro tomou os reféns e, visivelmente drogado, ameaçava matá-los o tempo todo.

Após uma tarde inteira de tensas negociações com a polícia, Sandro saiu do ônibus usando a professora Geisa Gonçalves, de 20 anos, como escudo. Um policial tentou alvejar o assaltante, mas errou o tiro e atingiu a refém de raspão no rosto. Em reação, Sandro desferiu três tiros nas costas de Geisa. Dominado, Sandro foi levado para um camburão, onde seria asfixiado até a morte pelos policiais, absolvidos pelo Tribunal do Júri dois anos depois.

12 de junho de 1987

MAIS UM PLANO TENTA CONTER A INFLAÇÃO

O novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, apresenta ao país mais um plano econômico destinado a derrubar a inflação. Sua principal medida é o congelamento de preços e salários por três meses. Seu antecessor, Dilson Funaro, perdera o cargo devido ao fracasso do Plano Cruzado 2, lançado em novembro do ano anterior.

O plano previa desvalorizações da moeda frente ao dólar, de modo a favorecer as exportações e aumentar as reservas cambiais. Os salários, passado o período de congelamento, passariam a ser corrigidos pela taxa-base de variação da Unidade de Referência de Preço. O mecanismo acabou provocando fortes perdas no poder de compra dos trabalhadores.



PERSONAGEM Com uma vestimenta característica e estilo agressivo, o apresentador criou um alter-ego, mistura de repórter e apresentador que se permitia julgar os entrevistados defendendo valores da moralidade e família

LIVRO RECONSTITUI HISTÓRIA DO TELEJORNALISMO POLICIAL

Livro “O Homem do Sapato Branco” traz um perfil biográfico do apresentador Jacinto Figueira Júnior, feito pelo jornalista Mauricio Stycer, que traça as origens do sensacionalismo e da exploração da violência e da miséria na tevê brasileira

Bia Abramo

Em maio passado, a Rede Globo reestreeu com pompas e honras o programa “Linha Direta”. Comandado por um apresentador “prata da casa” da emissora, Pedro Bial, voltou em roupagem mais tecnológica do que a versão original dos anos 1990, técnica de ficcionalização inspiradas no formato “true crime” que se consagrou em plataformas de streaming, mas o mesmo traço de espetacularização da violência, do crime, da



ação policial truculenta. Bial, em diversas entrevistas antes e depois da estreia, amaciou o tom alarmista e justificou as escolhas equivocadas do programa, mas o que se viu

até agora é mais do mesmo: sensacionalismo, limites nebulosos entre jornalismo e entretenimento e omissões factuais graves.

Esse tipo de atração televisiva, ora ressuscitado, praticamente nasce com a TV ao final dos anos 1950. Parte dessa história está no livro-reportagem do jornalista e pesquisador Mauricio Stycer sobre Jacinto Figueira Júnior, o apresentador que ficou conhecido como o “Homem do Sapato Branco”. Entre o perfil biográfico e a investigação sociológica, “O Homem do Sapato Branco - A Vida do Inventor do Mundo Cão

na Televisão Brasileira”, Stycer traz à luz ao mesmo tempo um personagem notável, cuja biografia é bastante lacunar, e uma sólida pesquisa sobre métodos e procedimentos que deram a cara para esse gênero na TV brasileira.

Nascido em São Paulo em 1927, Jacinto até que tentou carreira como cantor no rádio, mas foi na televisão que encontrou sua vocação. Tipo frequentador do bas fond e da boêmia de São Paulo, acabou se interessando pela televisão, ainda um eletrodoméstico caro à procura de programação no início da década de 1960. Acabou concebendo, produzindo e apresentando um programa que combinava reportagem com reencenação de crimes, que tinha entrada nas delegacias e seguia de perto ações policiais nas ruas. Criou um alter-ego, a um tempo repórter e apresentador, e que também fazia o papel de julgar os crimes, intimidar os criminosos, no viés da moralidade e da defesa da família. Com a vestimenta característica - terno escuro, sapatos brancos -, Jacinto se notabilizou pelo estilo agressivo e direto de entrevistar quase no limite do interrogatório.

O programa, que estreou na TV Globo paulista em 1966, fez tanto sucesso que levou Jacinto a alçar vôos mais ambiciosos: candidatou-se e elegeu-se como o deputado estadual mais votado nas eleições daquele ano. Usou a cadeira Legislativo de forma assistencialista e teve carreira medíocre como político. Depois do AI-5, o programa começou a ter problemas com a censura até sair do ar em 1969. Jacinto também acabou tendo o mandato cassado. Retornou à televisão dez anos depois, já

no período da redemocratização.

Nos anos 1980, novamente Jacinto Figueira Júnior fez escola, ressuscitando o Homem do Sapato Branco no SBT, na Record e na Bandeirantes, emissoras que tentavam fazer frente a mais de uma década de hegemonia de audiência da Rede Globo com programação mais popular. O estilo encontrado por Jacinto ali no final dos anos 1960 sofreu algumas modificações no sentido da profissionalização, mas os sensacionalismo, a exploração das tragédias e dos crimes, dos casos bizarros seguia intacta.

Jacinto não apenas permaneceu na televisão, com o programa próprio ou em aparições esporádicas até o final dos anos 1990, como criou escola. Não apenas apresentadores como Ratinho, José Luiz Datena, Siquêra Jr., Luiz Bacchi seguiram de onde parou o Homem do Sapato Branco como o hibridismo de jornalismo e entretenimento tornou-se uma característica quase inescapável da produção de conteúdo, sobretudo o audiovisual.

“O Homem do Sapato Branco” reúne um meticuloso trabalho de pesquisa - Stycer encontrou documentos inéditos que provam a perseguição da Censura ao apresentador - como uma escrita fluente, plena de histórias sobre as manias e os métodos inusitados de fazer televisão de Jacinto, para contar esse capítulo semi obscuro do telejornalismo policial brasileiro. Em livro cuja atualidade se justifica pela permanência do formato em diversas plataformas, Maurício Stycer vem se firmando como um pesquisador sobre aspectos negligenciados da história da televisão brasileira. •



ASTRUD GILBERTO MORRE AOS 83 ANOS

“Garota de Ipanema” se tornou um hit nos Estados Unidos na voz da cantora, que teve um papel fundamental para tornar o tornar a bossa nova um fenômeno mundial

Astrud Gilberto, cuja voz suave e sexy em “Garota de Ipanema”, a primeira música que ela gravou, ajudou a dar influência à bossa nova brasileira como um som de sucesso nos Estados Unidos ainda na década de 1960, morreu na segunda-feira. Ela tinha 83 anos. A informação foi confirmada pela redes sociais da neta da artista, Sofia Gilberto.

Ela teve uma carreira como cantora ao longo de quatro décadas, gravando álbuns com músicos famosos como James Last e Gil Evans, bem como trabalhando com George Michael, Chet Baker e outros. Mas seu maior sucesso veio com “Garota de Ipanema”, escrita por Antonio Carlos Jobim e Luiz Bonfá, com letra em inglês de Norman Gimbel.

Quando Astrud gravou essa música, ela era casada com João Gilberto, o genial cantor e violonista apontado em todo o mundo como “o pai da bossa nova”. Tinha apenas 22 anos. Em 1963, os dois viajaram do Rio de Janeiro para Nova York, onde gravaram um álbum conjunto com o saxofonista de jazz Stan Getz, que já havia lançado três discos que misturavam o tradicional ritmo estadunidense com o samba e a bossa nova.

Astrud Evangelina Weinert nasceu em Salvador, em 29 de março de 1940. A cantora brasileira ficou casada com João en-



tre 1959 a 1964, com quem teve um filho, o músico João Marcelo Gilberto, de 63 anos, pai de Sofia com a produtora cultural e roteirista Adriana Magalhães. Longe dos palcos desde 2002, Astrud foi dona de de uma extensa discografia composta por 19 álbuns.

Filha de brasileira com pai alemão, a cantora ingressou na carreira musical em 1960. Três anos depois, se mudou para os Estados Unidos ao lado de João Gilberto. Até hoje não se sabe exatamente quem teve a ideia de envolver Astrud Gilberto, uma cantora que jamais havia sido testada, neste famoso disco, lançado mais tarde com o título “Getz/

Gilberto”. Alguns creditam ao produtor do álbum, Creed Taylor. Há quem credite a decisão à cantora. Mas ela mesma creditava o trabalho de registrar sua voz ao marido.

“Enquanto ensaiava com Stan a música ‘Garota de Ipanema’, João casualmente me convidou para participar e cantar um refrão em inglês depois de ele ter cantado o primeiro refrão em português”, disse Astrud em uma entrevista em 2002. “Stan foi muito receptivo. Nunca vou esquecer que, enquanto ouvimos a versão recém-gravada, Stan me disse: ‘Essa música vai te deixar famosa’”. •

Organização

Jacques Mick

João Carlos Nogueira

VIVER POR CONTA PRÓPRIA

Como enfrentar
desigualdades
raciais, de classe e
gênero e apoiar a
economia popular
nas periferias
brasileiras

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Máira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERFERIAS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores